

# JORNAL DA OAB

Impresso Especial

406500888-2/2002-DR/PE  
OAB

CORREIOS

Informativo da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pernambuco Ano 3 Nº 13 julho/agosto de 2003

OAB/PE  
Eleições 2003

Pág. 07

OAB Saúde lança  
regulamento

Pág. 11

ESA:  
Entrevista  
Eduardo Sertório

Pág. 13

OAB

PERNAMBUCO  
Atuando no 3º Milênio

CAAPE

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS  
ADVOGADOS DE PERNAMBUCO

OAB/PE  
ESAPE

Escola Ruy Antunes

# Agosto

## mês do advogado

## O guardião da cidadania



## Editorial

**D**iz-se que um bom editorial deve se prestar a que seus leitores leiam, entendam e reflitam a posição proposta pelo periódico. Entretanto, a repetição de certos temas não só enfada como também entedia ao mais abnegado dos leitores de qualquer texto jornalístico.

Nesse número resolvemos fazer o 'não editorial'; o 'ineditorial', que lido, entendido e refletido venha a servir de espelho ao supostamente impublivável e atinja paradoxalmente ao que se quer.

Nesse 'ineditorial' não falaremos da greve no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e dos prejuízos causados às partes e aos advogados. Não falaremos dos atrasos dos Juizes para as audiências e do desrespeito aos que os esperam. Não falaremos do nepotismo em nosso Judiciário, do desrespeito às prerrogativas dos advogados e muito menos falaremos da ineficiência da Justiça.

Falaremos da paixão; a mesma paixão de 'Candinho' por 'Clara', personagens de Machado de Assis no conto 'Pai contra Mãe'; paixão levada ao extremo, mesmo diante da mais profunda das adversidades. Falaremos da paixão ousada de Ulisses em se deixar ouvir o canto das sereias, sem entretanto desamarar-se de sua nau-razão. Falaremos da paixão silenciada dos advogados em suas causas não resolvidas pelo Judiciário, da paixão sufocada desses profissionais por mais respeito e mais dignidade, da paixão/razão louca dos que ainda insistem em contribuir para a distribuição de Justiça, fazendo advocacia.

Aos 'desapaixonados' outros intérpretes do direito, nenhuma linha ou

palavra sequer será dirigida. Todo esse 'ineditorial' é dedicado aos únicos apaixonados intérpretes do direito; aos advogados que fazem de seu, dia a dia, a revolução, na forma ensinada por Aristóteles e Políbio, de caráter e conotação do cíclico na acepção da palavra; *politeion anacyclosi*; aos que fazem o eterno retorno, aos que sempre recomeçam.

Sim, o advogado sempre recomeça, sempre reconstrói o que inexoravelmente parece posto e definido. Esse 'ineditorial' é dedicado ao advogado que não se cala, que não se curva, que não se cansa, esse 'ineditorial' é um grito que se pretende ser ao mesmo tempo uma "alforria" e uma "elegia".

Não é a lei que o advogado deve referir a sua conduta mesmo que atreladamente a ela e somente a ela se comporte. O advogado, por mais contraditório que pareça, deve agir sempre à opinião moderada dos outros. Os outros não sondam as entranhas nem o coração dos advogados, nem os julgam com base no que eles sentem, mas sim e tão somente nas suas formas de agir ao que sentem.

Esse ineditorial é dedicado ao advogado que não é aquele personagem da cena jurídica que, no segredo de si mesmo, consegue a todo o momento a vitória sobre si mesmo. É dedicado aos advogados cujas paixões são diariamente expostas; à vista de todos, e que são sempre proporcionais às causas que as produzem e às situações que as suscitam. Esse 'ineditorial' é dedicado à advocacia!

Diretoria

## IASAN: uma previdência para o advogado



**O** Instituto Assistencial dos Advogados do Nordeste (Iasan) é uma sociedade civil que tem como objetivo primordial suplementar a previdência social prestada pelas Caixas de Assistência de sete Estados nordestinos: Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, que, com exceção da do primeiro Estado, foram suas instituidoras.

Neste momento de grandes mudanças para os advogados, autônomos ou não, o Iasan surge como boa alternativa, destacando-se pela reversão, em favor dos associados, da integralidade dos rendimentos auferidos, não visando ao lucro.

Além disso, o Iasan também presta assistência financeira aos seus associados, estando ainda entre seus objetivos a prestação de assistência habitacional.

Importante destacar que a administração do instituto goza de atuantes órgãos internos e externos de controle dos seus recursos, além do Conselho de Curadores. Este é o órgão de deliberação e orientação superior do Instituto, que, entre outras coisas, depois de auditoria externa, parecer de atuário renomado e do Conselho Fiscal, analisa a prestação de contas, o que confere segurança à gestão dos recursos aplicados.

Como medida de segurança técnica de que os valores disponíveis são suficientes para as obrigações assumidas, o parecer anual do atuário é contratado com a Rio Nogueira, que participou da criação, entre outras, da previdência da Petrobrás, Vasp e Vale do Rio Doce, instituições de previdência fechada com desempenho invejável. Em seu parecer, que precedeu à aprovação das contas da diretoria, informa-se que "em 2000 já se observa a evolução substancial no desempenho financeiro, notando-se que, a partir de agosto de 2001 até a presente data, os números confirmam a boa gestão do patrimônio dos associados. Rio Nogueira atuário, Rio de Janeiro, 10 de março de 2003".

O que o atuário constatou mostramos em números: as reservas aumentaram de R\$ 5.486.071,30, em março de 2001, para R\$ 15.132.581,71, em 31 de março de 2003, elevando em 276% o total de reservas. Essa bem-sucedida trajetória do Iasan acentua-se na gestão da atual Diretoria e Conselho de Curadores.

Recentemente, visando a um maior retorno para os associados, os institutos de todo o Brasil criaram a Associação Brasileira de Institutos Assistenciais (Abiasa). O objetivo da Abiasa é reduzir o custo dos pareceres do atuário, diminuindo o peso tributário e garantindo uma maior rentabilidade nas aplicações. Desse modo, estará aberto o caminho para um Instituto Nacional. No Recife, informações podem ser obtidas no térreo da sede da OAB, na Rua do Imperador.

Oswaldo Neves

Membro do Conselho de Curadores do Iasan.

## Curso de inglês

**D**iluvando cultura e ensinando inglês desde 1946, a Sociedade Cultural Brasil - Estados Unidos está oferecendo descontos de 30% em seus cursos de inglês e espanhol, para os associados da OAB. Os interessados podem procurar a secretaria da Sociedade Cultural no Recife na Rua Gervásio Pires, 826 Boa Vista Fone: (81) 3423-5011 ou ainda, em Olinda na Rua Alberto Lundgren, 131 Bairro Novo Fone: (81) 3429-4668. Para fazer a inscrição com direito ao desconto o advogado deve apresentar a carteira nova da OAB.

## JORNAL DA OAB

Rua do Imperador Dom Pedro II, 235  
CEP: 50.010-240 Sto. Antônio  
Recife - PE  
Fone: (81) 3424.1012  
Fax: (81) 3424.1012  
Site: www.oabpe.org.br  
E-mail: oabpe@oab-pe.com.br

Coordenador-geral: Rogério Neves Baptista  
Produção: Assessoria de Imprensa da OAB/PE  
Via Mídia Comunicação e Imprensa  
Jornalista responsável: Eliana Victório  
DRT / MS 167  
Revisão: Laércio Lutibergue e Solange Lutibergue  
(Companhia do Texto)  
Textos: Ondine Bezerra, Gizele Guedes e Mirela Sá  
Contato Publicitário: Jéssica Soares (81) 9994-1590  
Fotos: Beto Dantas e Roberto Pereira  
Projeto gráfico: Flora Sabino  
Diagramação: Sebastião Corrêa (81) 8828-4695  
Impressão: Gráfica e Editora Contexto Ltda  
Tiragem: 16.500 exemplares

**OV CREDINÓVEIS**  
Conforto e elegância para o seu lar

A Vista a partir de:  
**R\$ 1.999,00**  
Em até 36x  
de **R\$ 78,81**



A Vista a partir de:  
**R\$ 5.999,00**  
Em até 36x  
de **R\$ 236,51**



FONE: (81) 3224-9878 Osvaldo  
FONE: (81) 3424-1753 Severiano

A Vista a partir de:  
**R\$ 999,00**  
Em até 36x  
de **R\$ 39,39**



A Vista a partir de:  
**R\$ 289,00**  
Em até 36x  
de **R\$ 11,39**



CAIXA Utilize o PROGER



# MOVIMENTO JUDICIÁRIO CIDADÃO

## Sociedade dirá como quer a Justiça

**O**ferecer à população uma Justiça mais célere, rápida e eficaz, mudando os procedimentos do Judiciário para um tratamento que atenda à população da maneira que ela julgar melhor. O Movimento Judiciário Cidadão é a voz da sociedade dizendo como quer a Justiça. Para ouvir essa voz, em prol do Estado Democrático de Direito, uniram forças a OAB de Pernambuco, os magistrados, promotores e defensores públicos do Estado. Na primeira fase do Movimento, urnas com um questionário serão espalhadas em todos os fóruns, juizados e em todas as salas onde o Judiciário estiver presente. No questionário, pessoas que trabalham diretamente com o Direito como os advogados, promotores e magistrados, além da população que estiver presente nesses locais de trabalho, vão responder perguntas e fazer também os seus questionamentos e sugestões. Passado esse momento, o Movimento Judiciário Cidadão convocará a sociedade civil organizada, os sindicatos e associações para a discussão das propostas e apresentação das mudanças ao Poder Judiciário em Pernambuco. O presidente da OAB/PE, Ademar Rigueira, fala mais sobre o Movimento Judiciário Cidadão, seus objetivos, parceiros e implementação, além de avaliar a atual situação da Justiça brasileira.

### JORNAL ORDEM - O que é o Movimento Judiciário Cidadão?

**ADEMAR RIGUEIRA** - O Judiciário Cidadão é uma proposta alternativa que a Ordem dos Advogados do Brasil, em Pernambuco, está criando para que o cidadão participe mais do poder Judiciário. Chegou o momento de dizermos que o Judiciário não pode mais estar fechado para enxergar a população, nem tão pouco a população pode deixar de enxergar o Judiciário como, efetivamente, ele o é. Então o Judiciário Cidadão é uma proposta de reformulação do sistema adotado hoje pela justiça. Não é uma modificação que vá muito além do que já está estabelecido. Nós não estamos querendo tratar da Reforma do Judiciário, que já está sendo tratada no Congresso Nacional, mas são mudanças sistêmicas. É mudar o que já está hoje concretizado. Não é uma mudança de legislação, não é uma mudança radical que precise de alteração constitucional, não. É uma mudança sistêmica, é uma mudança de comportamento, uma mudança de conduta, é uma mudança de procedimento para que o Judiciário atenda o que a população precisa. Ao nosso ver, é uma prestação jurisdicional mais célere, mais rápida, eficaz e, para que isso aconteça, nós precisamos começar a ouvir o cidadão, para ele dizer como quer que o Judiciário trate de seus assuntos, como ele pretende que o Judiciário adote procedimentos para que a Justiça, que é o instrumento do Judiciário, seja feita. Nós vamos ouvir os magistrados, o Ministério Público, os advogados, defensores públicos, os desembargadores, mais, acima de tudo, vamos ouvir a população.

### JORNAL DA ORDEM - Por onde o movimento vai começar?

**ADEMAR RIGUEIRA** - Nós vamos em todos os fóruns, em todos os juizados, em todas as salas onde o Judiciário estiver presente. Vamos colocar urnas, com um questionário, para que não só os advogados, promotores, magistrados possam responder esse questionário e apresentar sugestões, mas também a população que está presente nesses locais, possa fazer os seus questionamentos e apresentar suas propostas. Depois de iniciarmos esse grande questionário, nós vamos convocar a sociedade civil organizada, os sindicatos, as associações para discutirmos essas propostas e, aí sim, apresentar ao poder Judiciário em Pernambuco. Essa mudança tem que ser uma mudança participativa, tem que ser uma mudança com advogados, promotores e magistrados, principalmente.

### JORNAL DA ORDEM - Para iniciar esse movimento a Ordem já conta com algum parceiro?

**ADEMAR RIGUEIRA** - O movimento está em fase de implantação e nós já fizemos contatos com a Defensoria Pública, com o Ministério Público, com os magistrados e desembargadores. Todos estão entusiasmados com a proposta, e a questão tem que ser levada de uma forma bem objetiva e pragmática.

### JORNAL DA ORDEM - Se fala muito de uma Justiça caótica. Já vivemos esse caos?

**ADEMAR RIGUEIRA** - O caos é uma expressão emblemática, mas não é ainda o que nós estamos vivendo. O Judiciário com todos os problemas que enfrenta, ainda não chegou ao caos. O caos é a descrença da própria instituição na população. O que nós não podemos admitir e isso já começa a acontecer, é que a população passe a descrever de uma instituição que é o alicerce do Estado Democrático de Direito. Se a população não acreditar mais que o Estado pode dirimir os seus conflitos, através do Judiciário, aí sim, nós chegaremos ao caos porque estaremos atingindo o próprio Estado Democrático de Direito; mas o Judiciário tem solução e essa solução tem que ser trazida com muito trabalho, com bom senso, com vontade política, acima de tudo. Se nós quisermos, modificar esse Judiciário, nós vamos conseguir.

Caso contrário o crime organizado irá crescer muito mais. A população passará a buscar nas chefias do crime organizado, uma resposta que o Estado não consegue dar.

### JORNAL DA ORDEM - Como o Judiciário conseguirá uma justiça ágil, com

### funcionários capacitados se faltam recursos com a redução no orçamento?

**ADEMAR RIGUEIRA** - Realmente, essa situação é muito grave. Nós queremos que se melhore as condições efetivas da prestação jurisdicional, mas temos dificuldades, não basta ser apenas criativo e conter as despesas.

Nós sabemos da dificuldade do poder Executivo de investir em saúde e educação, por exemplo, mas o Executivo tem que estar atento a situação que está passando o judiciário. As demandas judiciais, são fundamentais tanto como a saúde e a educação neste país, nós temos que abrir os olhos pra dizer que, se o Judiciário continuar do jeito que está, nós vamos ter um grande problema a nível nacional. Então o que nós queremos é que o Executivo visualize essa nova construção para que, realmente, não só os juizes possam trabalhar mais e com dignidade, mas que possamos aparelhar o Judiciário de funcionários suficientes e capacitados para atender a essa demanda do cidadão.

### JORNAL DA ORDEM - O que é que a sociedade pode esperar desse movimento?

**ADEMAR RIGUEIRA** - A sociedade será ouvida. O que a Ordem dos Advogados do Brasil, como partícipe desse projeto, pode dizer é que nós não vamos medir esforços para que possamos fornecer ao cidadão uma Justiça mais operosa, mais rápida, mais célere e, acima de tudo, mais justa porque a celeridade não é tudo. Nós precisamos ter celeridade com responsabilidade, isso nós não podemos esquecer. Mas a Ordem sozinha pouco poderá fazer, por isso é preciso a participação de todos.



### Para ilustrar Ademar Rigueira cita o pensamento do festejado Damásio Evangelista de Jesus publicado no Boletim do IBCCRIM de julho deste ano sobre a Justiça.

"(...)

Hoje, mantida ainda a venda, pretende-se conferir à estátua de Themis a imagem de uma Justiça que, cega, concede a cada um o que é seu sem conhecer o litigante. Imparcial, não distingue o sábio do analfabeto; o detentor do poder do desamparado; o forte do fraco; o maltrapilho do abastado. A todos, aplica o reto Direito.

Mas não é essa a Justiça que eu vejo. Vivo perante uma justiça que ouve falar de injustiças, mas, por ser cega, não as vê; que, sufocada pelo excesso da demanda, demora para resolver coisas grandes e pequenas; condenando-se pela sua própria limitação. Uma Justiça que, pobre e debilitada pela falta de recursos, não tem condições materiais de atualizar-se. Uma Justiça que quer julgar, mas não pode.

Essa não é a minha Justiça. Minha Justiça não é cega. É uma Lady de olhos abertos, ágil, acessível, altiva, democrática e efetiva. Tirando-lhe a venda, eu a liberto para que possa ver.

Por não ser necessário ser cego para fazer justiça, minha Justiça enxerga e, com olhos bons e despertados, é justa, prudente e imparcial. Ela vê a impunidade, a pobreza, o choro, o sofrimento, a tortura, os gritos de dor e a desesperança dos necessitados que lhe batem à porta. E conhece, com seus olhos expertos, de onde partem os gritos e as lamúrias, o lugar das injustiças, onde mora o desespero. Mas não só vê e conhece. Age.

A minha, é uma Justiça que reclama, chora, grita e sofre.

Uma justiça que se emociona. E de seus olhos vertem lágrimas. Não por ser cega, mas pela angústia de não poder ser mais justa" (Os Olhos Abertos de Themis, a Deusa da Justiça, artigo publicado no Jornal Síntese nº62, abril/2002, p.5) - grifei.



## Instituto dos Advogados tem nova diretoria



**D**urante eleição realizada em junho, os advogados inscritos no Instituto dos Advogados de Pernambuco (IAP) elegeram o professor e advogado João Pinheiro Lins o novo presidente do instituto. A solenidade de posse da nova diretoria para o biênio 2003/2004 aconteceu em 11 de agosto, nas comemorações da Semana do Advogado.

No evento, foram realizadas palestras sobre os temas: "Os Recursos nos Tribunais Superiores (SFT, STI)", proferida por Marúcia Coelho de Mattos Miranda Correia; "Estrutura e Sistema no Novo Código Civil", por Torquato da Silva Castro Júnior; "Características do Contrato de Trabalho do Atleta Profissional", por Fernando Antônio Malta Montenegro; e "Da Nova Disciplina da Usucapião",

que teve como expositor Mário Godoy.

Após as exposições, o professor Aluisio Xavier, que estava à frente da presidência do IAP, e o presidente da OAB de Pernambuco, Ademar Rigueira, realizaram a solenidade de posse da nova diretoria, presidida por João Pinheiro Lins e formada pelo jurista Luiz Pinto Ferreira, vice-presidente; Aluisio Xavier, secretário-geral; Eduardo Sertório, secretário-adjunto, e Sávio Tigre Leão, que ocupará o cargo de tesoureiro.

Professor e advogado militante João Pinheiro Lins é conhecido pela sua atuação em prol do Direito. Incansável no aperfeiçoamento das instituições jurídicas, há 32 anos vem se dedicando ao IAP, além dos 50 anos ininterruptos de atuação como conselheiro da OAB Pernambuco.

### NOTA DE DESAGRAVO

#### O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO,

considerando que, a teor do artigo 7º, inciso I, do Estatuto da Advocacia e da OAB, é direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;

considerando, ainda, ser direito do advogado comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis (artigo 7º, inciso III do EAOAB);

considerando, também, que deve o advogado exigir tratamento respeitoso e zelar por suas prerrogativas profissionais (artigo 44 do Código de Ética e Disciplina);

considerando, ainda, o teor ofensivo da Nota publicada pela Associação do Ministério Público de Pernambuco, na edição nº 22, de seu jornal, onde, numa demonstração de total desconhecimento da Lei, é afirmado que não foi permitido o acesso de Conselheiro da OAB e do advogado porquanto não estarem atuando no caso;

considerando, por fim, ser direito do inscrito na OAB ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou de cargo ou função da OAB (artigos 7º, inciso XVII do EAOAB e 18 do RGEAOAB);

Decide **DESAGRAVAR** publicamente o **Conselheiro Seccional WALDOMIRO SANTOS EVANGELISTA** e o **Advogado ANDRÉ VANDERLEI CAVALCANTI GUEDES**, pelos atos praticados pelos Promotores de Justiça **JOÃO MARIA RODRIGUES FILHO** e **HUMBERTO DA SILVA GRAÇA**.

**ADEMAR RIGUEIRA NETO**  
Presidente



## O seu direito à natureza assegurado

**D**epois de enfrentar o corre-corre do dia-a-dia, nada melhor que desfrutar dos prazeres da natureza. Venha relaxar com sua família e amigos no OAB Lazer!

Aproveite a beleza da mata atlântica que cerca o clube e a diversão que ele pode oferecer: piscina, quadra de tênis, campo de futebol, sauna, pista para cooper; um equilíbrio perfeito com a natureza. Além de uma bela estrutura e um ótimo restaurante.

O OAB Lazer fica pertinho do Recife, no quilômetro 15 da Estrada de Aldeia. Confira as fotos e venha usufruir desse saudável recanto planejado para o seu lazer!

## Fique atento ao horário da van

OAB/PE	10h	JUSTIÇA DO TRABALHO
JUSTIÇA DO TRABALHO	10h30	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR JUSTIÇA DO TRABALHO)	12h	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	12h30	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	13h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h	OAB/PE
OAB/PE	14h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA DO FEDERAL	15h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h	OAB/PE
OAB/PE	16h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	17h40	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	18h	OAB/PE

### NOTA DE DESAGRAVO

#### O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO,

considerando que, a teor do artigo 29, § 1º, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o estagiário inscrito na OAB pode isoladamente retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga;

considerando, ainda, ser direito do inscrito na OAB, ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ser publicamente desagravado (artigos 7º, XVII do EAOAB e 18 do RGEAOAB);

Decide **DESAGRAVAR** publicamente o Estagiário **SÉRGIO ROBERTO FELIX LIMA**, pelo ato praticado pelo Juiz Federal titular da 2ª Vara dessa Seção Judiciária ao negar-lhe o direito de, isoladamente, retirar autos daquele Cartório.



## Mulheres advogadas comemoram Semana do Advogado

A Comissão da Mulher Advogada, sempre atuante, não poderia ficar de fora das comemorações da Semana do Advogado. No dia 13 de agosto, foi realizada uma série de atividades para festejar a data.

Com a presença da diretoria, de conselheiros da Seccional pernambucana e advogados, realizou-se, pela primeira vez, um culto evangélico de ação de graças, no auditório da Ordem, celebrado pelo pastor da Igreja Comunidade da Graça, Douglas Bataglião, e com a participação do músico Anderson Magalhães. A palavra ministrada pelo pastor Douglas teve como tema a seguinte passagem bíblica: "Filhos não pequeis mas se pecardes tendes um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Senhor". Antes do culto a advogada Maria José do Amaral falou sobre "A Mulher e a Cidadania no Novo Código Civil", ressaltando o espaço ocupado hoje pela mulher na sociedade brasileira.



## Rubens Approbato é paraninfo de turma de novos advogados

Em solenidade no salão do pleno do Tribunal Regional Federal, 191 novos advogados e 24 estagiários assumiram o compromisso legal de ética e respeito à profissão.

O presidente do conselho federal da OAB, Rubens Approbato Machado, foi o paraninfo da turma. Juizes e familiares prestigiaram a solenidade, que deixou lotado o salão do pleno. Do começo do ano até o dia 4 de agosto, 602 novos advogados e 219 estagiários já se inscreveram na Seccional pernambucana.



## Medalha José Mariano



O presidente da OAB/PE, Ademar Rigueira Neto, recebeu, no plenário da Câmara Municipal do Recife, a Medalha de Mérito José Mariano. A homenagem foi um reconhecimento ao relevante trabalho que Ademar Rigueira vem desenvolvendo à frente da OAB Pernambuco.

A solenidade foi prestigiada pela maioria dos vereadores e Conselheiros da Ordem. Em discurso de agradecimento, Ademar ofereceu a medalha a todos os advogados, que, junto com ele, têm lutado por várias causas em benefício da classe.



mais homenagem

## Academia de Letras Jurídicas

O presidente da OAB/PE Ademar Rigueira Neto, recebe no dia 4 de outubro a Medalha da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas, tornando-se o mais novo imortal da Academia. A solenidade vai ser no auditório Ministro Walter Costa Porto, da Faculdade Pinto Ferreira às 8 da noite. Endereço: Av. João de Barros, 561 Bairro da Boa Vista Recife.

## Leis ambientais serão reavaliadas em Pernambuco

*Conhecimento quantitativo da Legislação Ambiental do Estado vai permitir a unificação necessária para agilizar a aplicação das leis*



Discutir e propor ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) a melhor maneira de ordenamento da legislação ambiental para Pernambuco é o principal objetivo da Comissão Especial sobre Legislação Ambiental.

Ao término dessa etapa, será encaminhada também uma avaliação ao Poder Legislativo, que vai apreciá-la. Uma outra comissão, então, seria formada para realizar um estudo das leis, já organizadas, excluindo as que se

sobrepõem, que são inconstitucionais ou que se repetem. E, por fim, seria modificada a legislação.

De acordo com Hélio Gurgel, presidente da Comissão Especial sobre Legislação Ambiental de Pernambuco e da Comissão de Meio Ambiente da OAB/PE, com o ritmo intenso dos trabalhos, o número de normas catalogadas não deve ultrapassar muito as 223 contadas até o dia 25 de julho.

Nas reuniões da Comissão, realizadas quinzenalmente na sede da OAB/PE, são expostos os resultados e formas de agilizar as pesquisas. "Sempre participam da reunião membros, não só da OAB, mas também das outras instituições envolvidas", diz Hélio. "No País, apesar de existirem trabalhos envolvendo a legislação ambiental, é a primeira vez que a OAB participa de uma Comissão desse tipo", salienta.

A Comissão, que começou seus trabalhos no dia 26 de junho e tem prazo de duração de seis meses, é composta pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado (Sectma), Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco (SPRRA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Assembléia Legislativa (Alepe), Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE) e pela Ordem dos Advogados do Brasil/PE (OAB/PE).

TOTAL DE  
NORMAS  
JURÍDICAS DA  
COLETÂNEA  
ESTADUAL DE  
MEIO AMBIENTE

Decretos	103
Decretos Distritais DEFN	10
Decretos -Leis	1
Emendas Constitucionais	1
Instruções	3
Leis	63
Portarias	17
Resoluções	25

TOTAL 223 normas jurídicas  
(ATÉ 25.7.2003)

## Errata

O Centro da Cidadania é uma parceria entre a OAB/PE, Gajop e A Universidade Salgado Oliveira (Universo), e não Salgado Filho, como divulgamos no jornal anterior.



# OAB faz São João *fashion*

**P**etições, liminares e *habeas corpus* obedeceram ao ritmo ditado pelo forró durante a **Audiência com São João**, festa promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pernambuco para marcar o período junino da classe. A festança, que aconteceu em julho, reuniu aproximadamente 1200 pessoas, muita gente bonita e animada.

Na boate Fashion Club, onde aconteceu o evento, o som eletrônico foi deixado de lado, dando espaço ao mais autêntico forró. Sob o comando das bandas Forró Quentão e Brásas do Forró, todos os que passaram por lá dançaram até o sol raiar. Se você não compareceu, confira a animação nas fotos. Se participou, mate a saudade!



## São João IDAJ

1º Arraial jurídico no Recife





## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL convoca, pelo presente, todos os advogados inscritos na OAB/PE, que se acham em pleno gozo de seus direitos, para a ELEIÇÃO de 30 (trinta) membros titulares e 15 (quinze) suplentes, sendo 05 (cinco) integrantes da Diretoria, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto e Tesoureiro do Conselho Seccional; de 03 (três) Conselheiros Federais titulares e 02 (dois) suplentes; de 05 (cinco) membros titulares e 03 (três) suplentes da Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco; de 18 (dezoito) membros titulares e 09 (nove) suplentes, sendo 05 (cinco) integrantes da Diretoria, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário Adjunto e Tesoureiro do Conselho Subseccional de Caruaru; de 15 (quinze) membros titulares e 08 (oito) suplentes, sendo 05 (cinco) integrantes da Diretoria, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário Adjunto e Tesoureiro do Conselho Subseccional de Garanhuns; de 12 (doze) membros titulares e 06 (seis) suplentes, sendo 05 (cinco) integrantes da Diretoria, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário Adjunto e Tesoureiro do Conselho Subseccional de Jaboatão dos Guararapes; de 10 (dez) membros titulares e 05 (cinco) suplentes, sendo 05 (cinco) integrantes da Diretoria, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário Adjunto e Tesoureiro do Conselho Subseccional de Palmares; de 15 (quinze) membros titulares e 08 (oito) suplentes, sendo 05 (cinco) integrantes da Diretoria, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário Adjunto e Tesoureiro do Conselho Subseccional de Petrolina; de 10 (dez) membros titulares e 05 (cinco) suplentes, sendo 05 (cinco) integrantes da Diretoria, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário Adjunto e Tesoureiro do Conselho Subseccional de Vitória de Santo Antão, e de 05 (cinco) Diretores das demais Subseções, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Secretário Adjunto e Tesoureiro.

\*\*\*

1. As eleições para os cargos acima realizar-se-ão no dia 27 (vinte e sete) de novembro de 2003, dentro do prazo contínuo de 08 (oito) horas, com início às 09:00 (nove) horas e término às 17:00 (dezoisete) horas.

2. As eleições realizar-se-ão, para os advogados com domicílio profissional no Recife, no Classic Hall, na Av. Agamenon Magalhães, s/nº, Complexo Salgadinho, Olinda, e, no Interior do Estado, nos endereços abaixo relacionados:

Afogados da Ingazeira - Rua Senador Paulo Guerra, nº 442, Centro

Arapiraca - Rua Cel. Antonio Modesto, nº 85, Centro

Arcoverde - Av. Capitão Arlindo Pacheco de Albuquerque, nº 316, Centro

Barreiros - Av. Sen. Felisbino Vasconcelos, nº 248 - s/02, Centro

Belo Jardim - Av. Germiniano Maciel, nº 214, Centro

Cabo de Santo Agostinho - Rua Armando Jorge Sales, nº 122, 1º andar, Centro

Carpina - Av. Getúlio Vargas, nº 169, s/01, Centro

Caruaru - Rua Cônego Júlio Cabral, nº 267, Bairro Universitário

Garanhuns - Rua Dom Luiz de Brito, nº 69, Centro

Goiana - Rua Cleto Campelo, nº 09, Centro

Jaboatão dos Guararapes - Fórum Des. Henrique Capitulino - Av. General Barreto de Menezes, 636, Prazeres

Limoeiro - Av. Severino Pinheiro, nº 129, 1º andar, Centro

Olinda - Classic Hall, Av. Agamenon Magalhães, s/nº, Olinda

Palmares - Av. Luiz de França, nº 1320, sala 01, Centro

Paulista - Rua Eptácio Caxias, nº 478, Centro

Pesqueira - Rua José Fortunato da Costa, nº 80, Centro

Petrolândia - Praça dos Três Poderes, s/nº, Fórum, Centro

Petrolina - Av. Fernando Goes, nº 574, Centro

Salgueiro - Praça Benjamim Soares, nº 493, Centro

Santa Cruz do Capibaribe - R. Cap. Pedrosa, nº 46/1º andar, São Cristóvão, Centro

Serra Talhada - Rua Joca Magalhães, nº 302, Bairro N. Sª da Penha

Surubim - Rua Cônego Benigno Lira, nº 118, 2º andar, Centro

Timbaúba - Rua Dr. Alcebiades, nº 51, Centro

Vitória de Santo Antão - Rua Demócrito Cavalcanti, nº 86 - Livramento, Centro

3. As Subcomissões Eleitorais poderão instalar Mesas Receptoras fora de suas sedes, comunicadas à Comissão Eleitoral até o dia 30 de outubro de 2003.

4. O prazo para pedido de registro das chapas terá seu termo final 30 (trinta) dias antes da data fixada para as eleições.

5. As chapas concorrentes aos Conselhos Subseccionais e às Diretorias das Subseções serão registradas, no prazo referido no item 4 acima, nas Secretarias das respectivas Subseções, perante as Subcomissões Eleitorais, exceto as chapas concorrentes à Diretoria da Subseção de Olinda, que serão registradas, no mesmo prazo, na Secretaria da Seccional, perante a Comissão Eleitoral.

6. É de 03 (três) dias úteis o prazo tanto para impugnação das chapas quanto para a defesa, contados, respectivamente, do primeiro dia útil seguinte ao encerramento do prazo para o pedido de registro e do recebimento da notificação. É de 05 (cinco) dias úteis o prazo para decisão da Comissão Eleitoral.

7. São os seguintes os membros da Comissão Eleitoral:

Presidente: Sérgio Alencar de Aquino

Membros: Ana Maria Rezende da Silva

Antonio Henrique Cavalcanti Wanderley

José Pinto da Silva

Juscelino de Melo Ferreira

8. O Capítulo VII do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e a Resolução nº 016/2003, do Conselho Federal, que dispõem sobre as eleições para os órgãos da OAB, encontram-se à disposição dos interessados, nas sedes da Seccional e das Subseccionais.

9. O voto é obrigatório para todos os inscritos na OAB/PE, sob pena de multa equivalente ao valor de 20% (vinte por cento) da anuidade, salvo ausência justificada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, que será apreciada pela Diretoria do Conselho Seccional.

10. O eleitor somente poderá votar no local que lhe for designado, sendo vedada a votação em trânsito, excluindo-se da proibição os advogados credenciados pela Comissão Eleitoral, na qualidade de fiscais, no número máximo de 02 (dois) por chapa registrada.

11. O eleitor fará prova de sua legitimação apresentando a carteira ou cartão de identidade profissional instituídos pela Resolução nº 03, do Conselho Federal, de 08 de outubro de 2001, e do comprovante de quitação com a OAB/PE, supável por listagem atualizada da Tesouraria do Conselho ou da Subseção.

12. Não serão admitidos documentos de identidade profissional de modelo anterior ao instituído pela Resolução nº 03, do Conselho Federal, podendo, no entanto, serem substituídos pelo protocolo do pedido de emissão dos novos modelos, validado pela Seccional, caso em que o eleitor, além do referido protocolo, deverá exibir outro documento oficial de identificação.

13. O parcelamento de anuidades, em número máximo de 10 (dez) parcelas, somente habilitará o advogado ao voto se requerido e paga a primeira parcela até o dia 15 (quinze) de outubro de 2003.

14. O pagamento integral das anuidades em atraso poderá ser feito a qualquer tempo, inclusive no dia da eleição, caso em que o voto do advogado será manifestado em cédula impressa, depositada em urna especial, na conformidade da Resolução nº 016/2003, do Conselho Federal.

15. Os mandatos dos Conselheiros Seccionais, Subseccionais, Diretores da Caixa de Assistência dos Advogados e das Subseções terão início em 1º de janeiro de 2004 e término em 31 de dezembro de 2006. Os mandatos dos Conselheiros Federais terão início em 1º de fevereiro de 2004 e término em 31 de janeiro de 2006.

Recife, 12 de setembro de 2003

ADEMAR RIGUEIRA NETO

Presidente

ANIVERSÁRIO  
NO BOI PRETO.  
EXCELENTÍSSIMO.

As melhores carnes,  
o melhor buffet de frios  
e frutos do mar e o melhor  
da comida japonesa.  
Agora só falta convidar  
os seus melhores amigos.

DESCONTOS ESPECIAIS  
PARA GRUPOS E  
ANIVERSARIANTES.

BREVE,  
ESPAÇO PARA EVENTOS.

A MELHOR CHURRASCO



## OAB Caruaru: uma conquista de todos

A Subseção de Caruaru, nesses últimos três anos, descobriu que o trabalho em equipe é o melhor caminho na luta pela plena assistência ao profissional do Direito. Por meio de projetos coletivos, a OAB/Caruaru foi somando conquistas, que vão desde a reforma da atual sede, passando pela promoção constante de cursos e seminários, até a parceria da instituição com alguns órgãos públicos da cidade. Para realização de todos esses trabalhos, a subseccional contou com a colaboração de todos os seus membros, em especial da sua diretoria, composta por cinco integrantes, e do seu conselho, que reúne 27 participantes.

Somente em 2001, foram realizadas dez reuniões mensais ordinárias, estimulando o debate entre advogados e palestrantes renomados, com o objetivo de somar conhecimento pela troca de experiências. Seguindo essa linha, a atual gestão promoveu vários cursos e seminários, além de palestras com diversos profissionais especializados, como médicos, psicólogos, professores, juizes, promotores, advogados, desembargadores e escritores. Ainda no primeiro ano da atual administração, o Fórum João Elisio Florêncio, o Fórum de Cupira e o de Agrestina receberam, cada um, uma Sala do Advogado, equipada com computadores. Para este ano, está prevista a criação de mais uma, desta vez na cidade de Lagoa dos Gatos.

A subseccional mantém um compromisso com o social. Advogados da subseção prestam assistência a vários serviços sociais, como o Pólo Caruaru, o Conselho Diretor da Prefeitura, o Conselho Tutelar, a Comissão de Meio Ambiente da Prefeitura, o Conselho de Segurança da Cidade e o Conselho Diocesano da Pastoral Carcerária (assistindo os detentos e os familiares destes com a entrega de cestas básicas). Ainda como prova do comprometimento da OAB/Caruaru com a sociedade e seus inscritos, a instituição implantou as Subcomissões de Direitos Humanos, da Mulher Advogada, de Estágio e Exame de Ordem e a de Eventos, todas em funcionamento.

Como o trabalho conjunto é uma filosofia da Subseccional, as parcerias não podiam ficar de fora. A OAB/Caruaru recebe apoio da prefeitura, do Banco do Brasil e de comerciantes e empresários da sociedade caruaruense. Sem falar no patrocínio concedido pela Caixa Econômica Federal (CEF). Até o terreno para a construção da nova sede da Subseção, local onde está sendo construído todo o judiciário da cidade, foi doado pelo empresário Ivan Nunes.

Enquanto o novo prédio não fica pronto, a atual sede tem recebido constantes reformas. Foram criadas uma recepção, uma sala para reuniões e uma copa e implantada uma biblioteca, que recebeu o nome do advogado Paulo Clemente Tóres. O Clube de Campo também recebeu atenção especial. Recentemente, foram construídos um vestiário e uma casa para o administrador. Em breve, será concluída a obra do campo.

Para criar um canal de contato ainda mais sólido entre a instituição e seus inscritos, a OAB/Caruaru criou o boletim informativo "A Voz do Advogado".

Por meio dele, os profissionais do Direito acompanham os trabalhos realizados pela subseção e tomam conhecimento das principais notícias envolvendo o seu órgão de classe.



Lançamento da pedra fundamental para construção da nova sede da Subseccional de Caruaru - julho de 2003. Com a presença da presidente Margarida Cardoso, do ex-presidente da OAB/PE Jorge Neves e dos conselheiros federais Júlio Oliveira e Célio Avelino.

## A OAB Araripina de "cara nova"

A subseção de Araripina mudou de "cara" neste triênio 2001-2003. As transformações começaram pela recuperação da estrutura física e do mobiliário do prédio-sede da Subseção. E não pararam por aí. Recentemente, a atual gestão implantou seis subcomissões e uma promotoria.

De acordo com a presidente da OAB/Araripina, Éris Vozinei, o prédio da Subseção precisou ser totalmente restaurado. "A estrutura estava acabada, caindo aos pedaços. Recuperamos desde o telhado até os móveis da sede", diz ela. O auditório também foi reformado e ganhou mesas, cadeiras e cortinas novas. O espaço, agora com capacidade para 25 pessoas, foi reinaugurado, tendo como homenageado o dr. Francisco de Alencar Lima. Para Éris, as mudanças só foram possíveis graças ao apoio moral e financeiro da OAB/PE. "Estamos reconquistando nossa credibilidade e Ademar Rigueira tem nos ajudado muito. Ele foi o presidente da OAB estadual que mais veio ao Araripine", reconhece.

Somente este ano, a Subseccional de Araripina instalou duas Salas do Advogado. A primeira no Fórum de Ipubi, tendo como homenageado o dr. Eduardo de Souza Carvalho; e a outra, em homenagem ao dr. Sebastião Alves Modesto, no Fórum de Araripina.

O convênio assinado pela OAB/PE com a empresa Interdont também está

beneficiando os advogados da região do Araripe. Com o credenciamento do Consultório Odontológico Dr. Armando Jordão, os 62 profissionais do Direito filiados à Subseção de Araripina estão sendo atendidos gratuitamente.

Mas o que promete mesmo movimentar os últimos meses deste triênio, na região do Araripe, são os trabalhos das subcomissões. Até agora, foram implantadas seis: as Comissões do Aperfeiçoamento, do Acesso e Agilização da Justiça (CACEGJ); de Meio Ambiente; de Direitos Humanos; de Defesa do Consumidor; de Ensino Jurídico; e a Seccional da Mulher Advogada.

A Subcomissão de Direitos Humanos está acompanhando de perto o caso do assassinato do vereador Manuel Messias Ribeiro. Ele foi morto no dia 12 de julho, em Ouricuri. Vale lembrar que a Subseccional de Araripina, na sua jurisdição, envolve os municípios de Ipubi, Trindade, Bodocó, Exu e Ouricuri. A Subcomissão de Meio Ambiente está em fase de articulação com os representantes do Ministério Público para começar os trabalhos. Para Éris, o problema da poluição ambiental provocada pelas fábricas de gesso espalhadas na região pode marcar o início das atividades.

É importante destacar ainda a implantação da Promotoria de Defesa e Prerrogativas do Advogado. Na OAB/Araripina, o órgão já está atuando na defesa do exercício pleno da advocacia e na agilização processual.



## Afogados: ação em benefício do advogado

A Subseccional de Afogados da Ingazeira, neste triênio 2001/2003, apostou na realização de diversos fóruns, debates e palestras para a reciclagem e conscientização dos advogados da região. Além disso, a gestão atual reformou e equipou a sede da Subseccional para melhor atender aqueles que frequentam a casa.

Nas palestras, dezenas de advogados presenciaram a exposição de temas como: "Questões do Direito de Família" (proferida por Eduardo Sertório, da Escola Ruy Antunes), "Direito Eleitoral" (comandada pelo juiz da 2ª vara civil da capital, Mauro Alencar de Vasconcelos), "Exceção de Pré-Executibilidade" (proferida pelo conselheiro federal Júlio Oliveira, tendo como debatedor o tesoureiro da OAB-PE Taciano Domingues) e "Liberdade Provisória nos Crimes Hediondos" (com o presidente da OAB/PE, Ademar Rigueira).

O Programa de Atualização do Advogado também foi outro importante evento, que proporcionou aos advogados mais informações sobre: o Novo Código Civil, Provas nos Procedimentos Ordinário e Sumaríssimo no Processo do Trabalho, Juizado Especial à Luz da Lei nº 10.259/01 e Drogas e o Crime Organizado no Sertão do Pajeú.

Além do círculo de palestras, a Subseccional também participou de fóruns, nos quais os advogados tiveram a oportunidade de se pronunciar e reivindicar suas necessidades. No Fórum de Debates contra a Violência no Pajeú, promovido pelo Governo do Estado, na cidade de São José do Egito, a reivindicação para aquisição de novas viaturas foi atendida, sendo mais uma vitória no combate à violência na região.

Outras ações desenvolvidas foram o encaminhamento de ofício ao presidente da OAB/PE, Ademar Rigueira, sobre o perfil das comarcas, para que ele possa interferir favoravelmente em favor da entidade no Poder Judiciário, buscando soluções, e o manifesto contra o fechamento dos Juizados Especial Cível e Criminal das comarcas de São José do Egito e Itapetim, discutido em reuniões com os Poderes Legislativos daqueles municípios.

Com a proposta de interiorização da OAB Pernambuco, estão sendo criadas subcomissões nas Subseccionais. Em Afogados, foram criadas as de Direitos Humanos, Mulher Advogada, Direito do Consumidor, Defesa do Meio Ambiente,

Defesa, Assistência e Prerrogativa, Apoio ao Novo Advogado, Estudo, Ensaio e Pesquisa, Abuso de Autoridade, Direitos das Pessoas Portadoras e Deficiência Física e Agilização Processual.

A Subseccional de Afogados da Ingazeira tomou ações não apenas de cunho social e intelectual, mas também administrativo. Sua sede passou por uma reforma geral na estrutura física, além de ter adquirido novos móveis e equipamentos eletrônicos, providenciados para melhorar a comunicação, organização e conforto para quem busca a entidade.

Para otimizar o acesso à comunicação, foi providenciada a assinatura de uma revista técnico-jurídica, um mural informativo, acesso à Internet - que fica à disposição de todos os advogados no horário funcional da sede - e uma sala para os advogados destinada à realização de reuniões e elaboração de trabalhos.

"Durante a atual gestão lutou-se pela erradicação da inadimplência, parcelamento de anuidades atrasadas, controle de despesas, recadastramento dos advogados, com exclusão de advogados pertencentes a outras Subseccionais, e entrega das novas carteiras", observou Gilberto Costa, presidente da Subseccional.

"Outro ponto que merece destaque é a reforma da sede, que antes não era digna de receber o advogado", complementa.



Sede da Subseccional de Afogados depois da reforma e compra de equipamentos.

## Subsecção de Timbaúba: OAB interiorizando suas ações

A OAB Pernambuco, interiorizando suas ações, promoveu, por meio da Subseccional de Timbaúba, diversas palestras naquela cidade, criou importantes subcomissões e participou da realização de vários eventos, nos quais os advogados e os cidadãos foram convocados a lutar pelos direitos da sociedade pernambucana.

A presidente da Subsecção, Josefa Fulgêncio, que cumpre seu segundo mandato, ciente da necessidade de agregar o trabalho da OAB Pernambuco com o advogado do interior, promoveu palestras sobre Direito Eleitoral, Reforma Eleitoral, Ética na Advocacia, Novo Código Civil, entre outros assuntos. As palestras "Reforma

Eleitoral e as Instituições" e a "Ética na Advocacia", proferidas, respectivamente, pelo então conselheiro federal Maurício Rands e pelo presidente da OAB/PE, Ademar Rigueira, marcaram as comemorações dos 70 anos da OAB de Pernambuco em Timbaúba.

Na ocasião, Maurício Rands lembrou que a reforma eleitoral conduz à reforma institucional, que, por sua vez, leva ao desenvolvimento da sociedade. Lembrou também a função dos advogados de defender e lutar pela Justiça e pelo aperfeiçoamento dessa instituição.

O presidente da Seccional pernambucana, Ademar Rigueira, afirmou que no dia-a-dia a OAB não pode ser apenas uma entidade de classe. A Ordem tem sua função e seu papel social, que só poderão ser cumpridos com responsabilidade e ética.

Durante o evento, o advogado Virgílio Luiz de Aguiar, diante de cerca de 60 companheiros, foi homenageado por ser um dos pioneiros no exercício da advocacia na cidade de Timbaúba.

Outro encontro comemorativo foi a palestra sobre o "Novo Código Civil", comandada pelo conselheiro federal Júlio Oliveira, celebrando os cinco anos da subseccional, que envolve as cidades de Aliança, Macaparana, Ferreiros, Camutanga, São Vicente Ferrer e Vicência.

Neste triênio 2001-2003, foi inaugurada uma Sala do Advogado e instaladas as Subcomissões de Meio Ambiente, da Mulher Advogada, dos Direitos Humanos, da Defesa do Consumidor, do Ensino Jurídico e da Defesa das Prerrogativas, ampliando e levando ao interior o trabalho realizado pelas comissões.

Josefa Fulgêncio também destaca em sua gestão as audiências públicas de que participou, realizadas nas cidades de Aliança, São Vicente Ferrer e Nazaré da Mata, nas quais falou elucidou sobre o importante trabalho das subcomissões e a função de cada uma delas, aproveitando para convocar todos a participar das ações da Ordem dos Advogados.



Festa de 5 anos da inauguração da Subseccional



# Advocacia, Mediação e Arbitragem

## OAB entra na era da arbitragem e mediação

Convênio OAB/PE e Cemape objetiva a sensibilização e atualização dos advogados sobre métodos e técnicas de mediação e arbitragem



**S**uperada a fase negra das ditaduras, o Brasil graças ao desenvolvimento das suas instituições democráticas, sob o influxo de uma cidadania mais consciente e participativa é cenário de novos avanços modernizadores. Uma das paradoxais consequências desses avanços é que a litigiosidade aumenta com o desenvolvimento da consciência dos direitos e dos mecanismos de acesso à jurisdição. Cada setor almeja o próprio subsistema jurídico. Multiplicam-se os fenômenos de fuga. As pessoas buscam contratos atípicos, mais adequados a seus interesses particularizados. As empresas se evadem de sistemas jurídicos nacionais ineficientes.

No bojo do monismo jurídico, busca-se, pois, um pluralismo jurisdicional que possa contemplar a crescente especialização das matérias litigiosas.

Segundo Lorenzetti, um processo diferente, muito mais rápido, sempre que possível mais barato, mais flexível, que favoreça o acesso e o desfecho, é o que a sociedade democrática exige.

Atualmente, os conflitos empresariais internacionais são direcionados às cortes arbitrais, instituídas para dirimi-los. Paulatinamente, no plano interno, dá-se o mesmo fenômeno. Enquanto isso, conflitos de pouco valor são direcionados para juizados estaduais especiais, vocacionados a exercer funções semelhantes às de um conciliador amigável. No campo das relações de trabalho empregatício, difundem-se as comissões de conciliação prévia.

Como advogado, tenho tido a impressão de que tudo isso tem passado ao largo da percepção e da prática de uma grande maioria de nós. De modo geral, ainda enxergamos o processo apenas por aquele escaninho formal, estreito e emperrado do Poder Judiciário. Infeliz Poder Judiciário, tão excessivamente demandado e condenado a sê-lo mais e mais.

A cidadania, que bate às nossas portas vestida de cliente, já não suporta aquele jeito de tratar os seus conflitos. Apenas os exploramos, em busca de uma longínqua acomodação, ao transformá-los em litígios que se eternizam. Nada mais vetusto. Não os solucionamos. Não por má-fé, mas por inabilidade. Não fomos treinados para ser negociadores ou mediadores de acordos. Quando instados a uma solução por meio da arbitragem, tendemos a não recomendá-la, quer porque, em geral, não sabemos como se processa, quer porque desconfiamos de que poderemos perder ou, quando menos, ver reduzidos os nossos honorários. Esse desconhecimento nos compromete.

Graças ao pioneiro convênio firmado entre a OAB-PE e o Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco Cemape, teremos a oportunidade de esclarecer essas dúvidas e incertezas. Para informações sobre tabelas de custas, honorários de árbitros ou mediadores, regulamentos, códigos de ética, cursos e outras informações de utilidade, acessem o site [www.cemape.org.br](http://www.cemape.org.br).

**Carlos Eduardo de Vasconcelos.**

*Presidente do Cemape e vice-presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima).*



**C**om o convênio firmado entre a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco e o Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco Cemape, a OAB entra de vez na era das mediações e arbitragens, contribuindo, conseqüentemente, para abrir um novo campo de trabalho para profissionais de todas as áreas.

A arbitragem, a mediação e, também, a conciliação são meios extrajudiciais de otimizar a

solução de disputas judiciais, facilitando um acordo entre as partes envolvidas em um processo. Essas ações poupam o Poder Judiciário, que, sobrecarregado com processos envolvendo problemas de direito penal, administrativo, tributário, constitucional e outros em que o Estado é parte, termina ocasionando a lentidão da resolução de outras questões que podem ser resolvidas sem a tutela do Estado juiz.

Participaram do evento, realizado em julho, na sede do Centro de Mediação e Arbitragem, o presidente do Cemape, Carlos Eduardo de Vasconcelos, o secretário geral da OAB, Ricardo Correia, vários conselheiros, entre eles o conselheiro federal Júlio Oliveira, Advogados, diretores da Escola Ruy Antunes, do Sindicato dos Advogados, e representantes da comunidade jurídica.

Para o presidente do Cemape, o convênio representa um inquestionável avanço em direção a uma realidade democrática, tão defendida pelos advogados. "Com a celeridade que lhe é própria, a jurisdição arbitral inibe a litigância de má-fé. É parceira institucional da jurisdição estatal, livre, porém, das limitações administrativas do Poder Judiciário. Nesse novo ambiente, os advogados e outros profissionais especializados podem se reunir com seus clientes e escolher mediadores ou árbitros para a solução de litígios, com grande simplicidade", acrescenta Carlos Vasconcelos.

**Mediação** - é um meio extrajudicial de solução, prevenção e gerenciamento de conflitos. Diferentemente da arbitragem, em que a decisão fica transferida para terceiros, a mediação é um procedimento confidencial e voluntário em que a decisão é o acordo produzido pelas partes envolvidas. Elas são auxiliadas pelo mediador, terceiro imparcial que atua como facilitador, conduzindo o processo, utilizando-se de técnicas de comunicação, negociação e mediação.

**Arbitragem e conciliação** - também são meios extrajudiciais de resolução de conflitos que utilizam terceiros imparciais. Na conciliação, esses terceiros conduzem o processo na direção do acordo, opinando e propondo soluções. Na arbitragem, o terceiro imparcial define e decide a solução. Advogados, juizes, aposentados, enfim, quaisquer outros profissionais merecedores da confiança das partes são geralmente os árbitros escolhidos. No caso da mediação, o mediador não opina, não sugere nem decide pelas partes. No Brasil, o crescimento da prática da arbitragem é prova de maturidade institucional e fator de credibilidade perante a comunidade jurídica internacional e de atração de investimentos produtivos.

O texto do convênio e outras informações, como a programação de cursos e capacitações, estão disponíveis no site do Cemape ([www.cemape.org.br](http://www.cemape.org.br)).



**Fique ligado. Não use o celular enquanto dirige.**

PRESTE ATENÇÃO  
NO TRÂNSITO E ANDE  
SEMPRE SEGURO.



GOVERNO  
DO ESTADO  
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA



## OAB Saúde lança Regulamento de Benefícios

O plano OAB Saúde acaba de lançar o Regulamento de Benefícios. A novidade servirá para regulamentar a relação gestora beneficiário. A meta do Plano, com o novo regulamento, é iniciar as adesões ainda no mês de outubro.

O objetivo do regulamento é adequar o OAB Saúde às normas e metodologias de gestão de planos de assistência complementar à saúde. Essa regulamentação define os limites contratuais, tratando de carências, franquias, coberturas, fundo complementar, obrigações e direitos do beneficiário participante do Plano OAB Saúde.

No novo regulamento, há também a definição da segmentação em ambulatorial, hospitalar com e sem obstetrícia, odontológica, e outros serviços que podem ser agregados ao Plano. Ele trata ainda da área de abrangência do Plano, que hoje engloba os Estados de Pernambuco e Paraíba. Nos demais Estados, a cobertura será feita mediante a celebração de convênios de

reciprocidade.

**METAS** - hoje o OAB Saúde, somente em Pernambuco, conta com 3.280 vidas. A expectativa do Plano é aumentar esse número, sem deixar de oferecer um serviço de qualidade, respaldado em normas previamente estabelecidas.

**COMPARATIVO** - anteriormente, os contratos firmados entre o OAB Saúde e os associados apresentavam algumas disposições em desacordo com um plano de autogestão. Com o novo regulamento, a relação proposta passa a ser associativa, dada a facilidade de exposição de direitos e deveres ao associado.

**VENDAS** - antes a aquisição de planos era efetuada através de uma empresa terceirizada, que tinha como objetivo o lucro. Agora, o Plano é o responsável pelas adesões, acabando com o repasse de comissões sobre elas. Com o novo modelo, o associado adere a um benefício. A novidade permite ao Plano a quebra da relação comercial, tendo em vista que o OAB Saúde não tem fins lucrativos. Nasce aí o caráter

associativo, no qual a quebra da venda pura, simples e descompromissada abre espaço à construção de uma relação de mais proximidade e comprometimento entre as partes.

Outras novidades anunciadas pelo OAB Saúde dizem respeito, diretamente, a questões que primam pelo zelo da relação entre a gestora e seus associados. Conheça essas novidades:

**OUIDORIA** - implantado no fim de agosto, o serviço, que é raríssimo no setor de planos de saúde, oferece mais comodidade aos associados, pela rapidez e eficiência em dar respostas às suas dúvidas. O objetivo da Ouvidoria é atender a reclamações, críticas, denúncias, elogios, solicitações e sugestões sobre assuntos relacionados ao nosso Plano. A Ouvidoria do OAB Saúde está atendendo pelo telefone (81) 3423-8555.

**CENTRAL DE REGULAÇÃO E AUTORIZAÇÃO** - esse serviço oferece comodidade ao associado, que pode solicitar a realização de

procedimentos médicos sem precisar se deslocar à sede do Plano para obter as necessárias autorizações. Agora, com a implantação do serviço, prevista para outubro, bastará um telefonema.

**RECADASTRAMENTO** - para que todas as mudanças surtam efeito, é fundamental que haja um recadastramento. Por isso, será enviado aos associados um questionário com todas as perguntas necessárias ao pleno conhecimento das características deles. O objetivo do trabalho de recadastramento é obter um perfil mais preciso do associado para que, ao implantarmos ações, possamos saber quem é ele e o que faremos para suprir-lhe as expectativas.

Com o nosso cadastro em dia, criaremos um canal de comunicação mais eficiente entre o Plano e o associado. Responda logo a pesquisa. Os formulários chegarão à sua residência a partir de outubro. A sua colaboração é de extrema importância na prestação do nosso serviço!

## Definição de benefícios agrega novos valores ao Plano

Com o novo Regulamento de Benefícios, o OAB Saúde pretende disciplinar todos os direitos e deveres gerados na relação associado, gestora e credenciado. Vamos ressaltar, nas edições do Jornal da OAB, as novidades do nosso Plano. Acompanhe alguns dos principais pontos do novo regulamento:

**DIFERENCIAÇÃO ENTRE DEPENDENTES DIRETOS E AGREGADOS** - com a inclusão desse tópico, há a possibilidade de aumento na previsão de parentesco, antes restrito somente a esposo(a) e filhos. A manutenção do filho do titular, mesmo após a maior idade, também foi incluída no regulamento.

**REDE DE CREDENCIADOS** - a necessidade da redefinição da rede credenciada foi um ponto fundamental neste novo momento vivido pelo OAB Saúde. Com isso, haverá a criação da rede fidelizada, formada a partir da seleção de prestadores de serviços. Estão sendo criados também novos modelos de contratos a serem firmados entre a Caape/OAB Saúde e os prestadores de serviços. Tal ação visa à redução de custos, fundamental para que se efetive uma

gestão salutar ao Plano.

**CÁLCULO ATUARIAL** - nesse item, uma mudança de suma importância para que seja alcançado o equilíbrio financeiro do Plano. Foi tomada uma atitude gerencial, cuja meta é estipular o valor de contribuições que possam assegurar a saúde financeira do Plano, bem como a justa definição desses valores a serem aplicados aos associados.

**REEMBOLSO** - um item que normalmente gerava conflito entre as partes passou a ser disciplinado, com regras claras e aplicabilidades bem definidas. Agora, os prazos para o ressarcimento das despesas médico-assistenciais ficam definidos, assim como a especificação das despesas que podem ser ressarcidas.

**CARÊNCIA** - redefinição. Essa é a palavra-chave desse item. Há a previsão de todos os prazos de carência de forma clara, obedecendo exatamente ao que vem sendo exigido na Lei nº 9.656/98. Um exemplo da mudança pode ser visto quando uma pessoa migra de outro plano para o OAB Saúde. Agora, há a previsão de redução ou extinção de carência cumprida anteriormente.



### O PLANO DA FAMÍLIA FORENSE

Prezado advogado,

A partir de agora nasce uma nova OAB Saúde. Uma instituição mais forte e ainda mais capacitada a oferecer a você e a sua família a melhor assistência médico-hospitalar. Faça parte da nossa família.

**OAB SAÚDE**

Sede: (81) 3244-6444

Fax: (81) 3243-3151



# Advogados do Brasil, uni-vos

Qualquer remissão ou lembrança à célebre frase de Karl Marx não é mera coincidência. A advocacia está cada vez mais proletarizada, não há como esconder essa realidade. Se os obstáculos aumentaram e se tornaram mais difíceis para os profissionais da advocacia que optaram pelo mercado privado, mais difícil ainda ficará se o cenário internacional consolidar a posição de flexibilização geral e irrestrita dos serviços jurídicos em decorrência da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (Gats sigla em inglês). O Brasil, na qualidade de membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), é signatário, desde 1995, do Gats, cuja renegociação tem sido conduzida para que haja a total liberalização, desregulamentação e ampliação do próprio conceito de 'serviços', conforme interesses expansionistas das grandes economias mundiais (EUA, Canadá, União Européia e outros países ricos).

Toda a negociação da discussão acerca da liberalização dos serviços jurídicos no Brasil está incluída no bojo de todos os serviços. Isso significa que muito dificilmente será apartada a discussão da prestação de serviços de advocacia, de engenharia, de contabilidade ou de medicina, por exemplo. Dessa forma, as negociações envolverão barganhas entre tais setores. É possível, pois, que um país ganhe numa determinada área para perder em outra: o Brasil poderá ganhar num setor competitivo para perder em outro que não seja competitivo.

Nossa advocacia, objetivamente, não é competitiva e a decisão de cada país de quanto vai ceder nos serviços jurídicos dependerá de conjunturas políticas e, de certa forma, estará atrelada e sujeita a variáveis de poder econômico, em que pese o princípio de igualdade formal entre os países na negociação.

Ocorre que, diferentemente das negociações dos comércios de bens, que envolvem discussões acerca de barreiras tarifárias, impostos, incentivos fiscais, etc., as discussões acerca da liberalização de serviços, nestas incluída a advocacia, tem como ponto de partida a mudança de aspectos institucionais. Ou seja, o que se negocia não são tarifas, e sim leis que podem dificultar ou impedir o acesso a mercados de serviços. Isso implica mudanças constitucionais e legais, principalmente em relação ao Estatuto da Advocacia.

Numa conjuntura internacional dominada pelo pensamento e pela economia liberal, a tendência é que a renegociação dos termos do Gats se dê de costas para a premissa de que não somos todos iguais nem temos todos os mesmos direitos. A submissão a interesses comerciais transnacionais e a desregulamentação de serviços públicos como os de advocacia podem implicar o agravamento de autêntica catástrofe social vivida em países pobres como o Brasil.

Considerar a advocacia simples mercadoria, com seu exercício submisso ao critério de máxima liberalização e de abertura ao capital estrangeiro das grandes corporações de advogados, vai significar apenas a maximização de lucros desses grandes escritórios, cujo mercado já se encontra amplamente dominado por grandes "bancas" de advocacia do eixo Rio São Paulo.

O mais grave é que, como tudo o que é acordado na OMC torna-se irreversível, seu descumprimento acarreta sanções. Ademais, considerando que o que é acordado na OMC passa automaticamente a valer para a Alca, deve a Ordem dos Advogados do Brasil chamar a atenção e conchamar todos os advogados a uma mobilização para garantir o estabelecimento de regras multilaterais para os serviços de advocacia. Em outras palavras, o Gats, em vez de agravar a situação já existente, deve reconhecer as assimetrias dos países e servir para a superação do quadro atual de desigualdades no acesso pleno aos serviços jurídicos, garantindo-se uma dignidade mínima para a nossa já tão combatida classe.

O que teremos de reivindicar é muito simples: os membros da OMC não somente podem como devem especificar quais setores de serviços desejam ao capital externo abrir, e o governo brasileiro deve excluir de sua lista de compromissos específicos os setores em que tenha interesse de desenvolver ou manter políticas de acesso a direitos e combate às desigualdades. A advocacia é um desses setores que devem ser excluídos, pois é essencial na luta contra as desigualdades. Ocorre que até hoje não se sabe de forma consistente o que o Brasil vai oferecer à abertura nem o que está sendo demandado pelos outros países.

Façam o que eu digo, não façam o que eu faço. Assim raciocinam os países ricos no Gats e na Alca, principalmente os EUA. Se lá, nos EUA, os desiguais são tratados de forma desigual cotas para grupos étnicos, subsídios para a agricultura, etc., na OMC e na Alca, as negociações desenvolvidas por esses países em relação a serviços seguem o princípio inverso; os desiguais têm de ser tratados de forma igual, mesmo que isso aprofunde quadros de violação de direitos básicos. As negociações têm seguido os seguintes princípios:

1- trato nacional: estabelece-se afirmando que os países integrantes deverão conceder às empresas fornecedoras de outros países um tratamento igual, ou não menos favorável, ao concedido às empresas fornecedoras locais e nacionais. Esse

princípio valerá tanto para governos nacionais, como para prefeituras e governos estaduais. Assim sendo, um governo, por exemplo, estaria proibido de dar preferência a um fornecedor nacional de serviços, pois estaria "discriminando" fornecedores estrangeiros;

2- acesso a mercados: empresas fornecedoras estrangeiras têm que ter acesso ao setor de serviços de um país, conforme o princípio do trato nacional;

3- nação mais favorecida: determina que qualquer preferência concedida por um país a outro país, seja fornecedor, seja empresa, deve automaticamente ser estendida a todos os demais países, fornecedores ou empresas existentes no âmbito do acordo;

4- transparência: exige que todos os países integrantes publiquem e comuniquem todas as leis e regulamentações nacionais que se refiram ao setor de serviços.

Alguns defensores do Gats justificam que o acordo preserva os serviços públicos das negociações para a liberalização, já que prevê exceções no caso de "serviços fornecidos no exercício da autoridade governamental". Entretanto, se qualquer desses serviços do setor público conviver com a oferta de serviços privados, o Gats considera que esses serviços públicos estão sujeitos às obrigações de liberalização.

A OMC também já fixou as formas básicas nas quais se darão os fornecimentos de serviços: prestação de serviços transfronteiras, do território de um país-membro ao território de qualquer outro país-membro; consumo no exterior, no território de um país-membro visando ao consumo de serviços fornecidos por qualquer outro país-membro; presença comercial, quando um fornecedor de serviços de um país-membro estabelece presença comercial estrangeira no território de qualquer outro país-membro; e movimento de pessoas físicas, quando há presença de pessoas no território de qualquer país-membro, enviadas por fornecedores estrangeiros de serviços de outro país-membro.

A OAB e os advogados precisam estar atentos. Segundo a Coordenação do Comércio de Serviços do Itamaraty, os países mais interessados na abertura do mercado da advocacia brasileira são os EUA, o bloco da União Européia (EU), Japão, Canadá, Nova Zelândia, China e Suíça. Quase todos esses países proíbem estrangeiros de advogar em seus territórios; o Brasil, por sua vez, já pediu a abertura do mercado da advocacia para os brasileiros na Austrália, China, Canadá, Índia, EUA e México. Será que toda essa flexibilização trará benefício?

A OAB já tem o Provimento 91, que regula a participação de escritórios estrangeiros no Brasil, limitando a atividade a consultoria na legislação de seus países de origem [TEXTO CONFUSO, INCOMPREENSÍVEL]. O que pode acontecer é que, com a flexibilização da Alca, poderemos ter estrangeiros falando de nossa Constituição e de nossas leis.

Em março de 2002, a Comissão Européia (CE) apresentou uma ampla lista de pedidos de liberalização ao Brasil, iniciada com solicitações ao Modo 3 presença comercial. Essa lista é um exemplo do risco que a advocacia enfrenta sem ao menos estar plenamente informada. Em relação ao Modo 4 movimento de pessoas físicas a CE solicita ao Brasil que elimine a determinação de que no mínimo 2/3 da força de trabalho tenham de ser brasileiros, por exemplo. A mensagem da CE é clara. Ela quer que o Brasil elimine e remova toda e qualquer regulação nacional que impeça a presença de empresas européias que atuam no setor de serviços e queiram expandir seus negócios para o Brasil.

Restam-nos a mobilização e o compromisso de nossas lideranças em pressionar o governo federal para que, de forma transparente, indique como esses acordos estão sendo negociados e que os advogados sejam ouvidos e respeitados em relação ao tema. A OAB de Pernambuco tem esse compromisso. Não queremos advogados proletários.

A ocasião é oportuna para lembrar que originalmente se chamavam proletários (proletarii) aqueles que, na antiga Roma, pertenciam à última classe a sexta da sociedade, cuja condição de indigência os isentava dos dois deveres principais da cidadania: o pagamento de impostos e o serviço militar. Nós advogados ainda nos orgulhamos de podermos pagar impostos; mas até quando?

**Rodrigo Pellegrino de Azevedo**  
Conselheiro de OAB/PE  
e presidente da Comissão de Estudos para Reformas e Modernização do Poder Judiciário.





# Terno, gravata e informática não bastam

**A**os 52 anos, o advogado e diretor-geral da Escola Ruy Antunes, Eduardo Sertório, apresenta-se como um ardoroso defensor do fortalecimento das Escolas Superiores de Advocacia e da disseminação da educação continuada. "Sem atualização, sucumbiremos ao tão concorrido mercado de trabalho", sentencia. Nascido na cidade de São José do Rio Pardo,

interior paulista, Sertório fez sua graduação na tradicional Faculdade do Largo de São Francisco e, a pós-graduação em Direito da Energia, na Sorbonne, Paris. De volta ao Brasil, em 1979, Sertório recebeu dois convites. Um da Universidade de São Paulo (USP) para iniciar uma promissora carreira como docente e, outro, da empresa Braspetro, no Iraque, onde colocaria em prática o

aprendizado em Direito da Energia. "Não foi fácil escolher, mas felizmente, tal qual diz o frevo, Recife mandou me chamar. Acabei, então, optando por uma terceira opção. Passei a integrar o escritório do professor Murilo Guimarães e, anos depois, fui convidado para dirigir a Ruy Antunes", relembra. Na sequência, os principais trechos da entrevista concedida na sede da Ruy Antunes.

## Mais que tecnologia e alta costura

A organização de um escritório de advocacia exige profissionalismo. Não é só alugar uma sala e comprar um computador. O advogado deve estar consciente de seu papel. Ele não é um simples operador do Direito, tal qual um operário que manja uma máquina. Ele é um intérprete do Direito, justificando ser indispensável à administração da Justiça. Para superar os desafios, não conheço nenhuma receita melhor que a educação continuada. É para isso, sobretudo, que existem as Escolas Superiores de Advocacia, entre elas, a Ruy Antunes. Sem atualização, sucumbiremos ao tão concorrido mercado de trabalho.

## Conquistas

Avançamos bastante na informatização. Adquirimos novos computadores e criamos o Informativo Eletrônico Ruy Antunes, que atinge, hoje, cerca de 3.700 usuários, fornecendo, além das notícias de interesse da classe, artigos de doutrina, jurisprudência selecionada e, recentemente, pesquisas dirigidas, os chamados Informativos Especiais. Um deles foi sobre a Reforma Trabalhista, outro sobre a Reforma do Judiciário e, a cada novo curso, estamos fazendo uma pesquisa selecionada que sirva de embasamento aos seus participantes. Os cursos oferecidos pela Escola resultaram na emissão de 2.794 certificados, em 2002, e, este ano, já ultrapassamos a marca de mil.

## "Santos" desafios

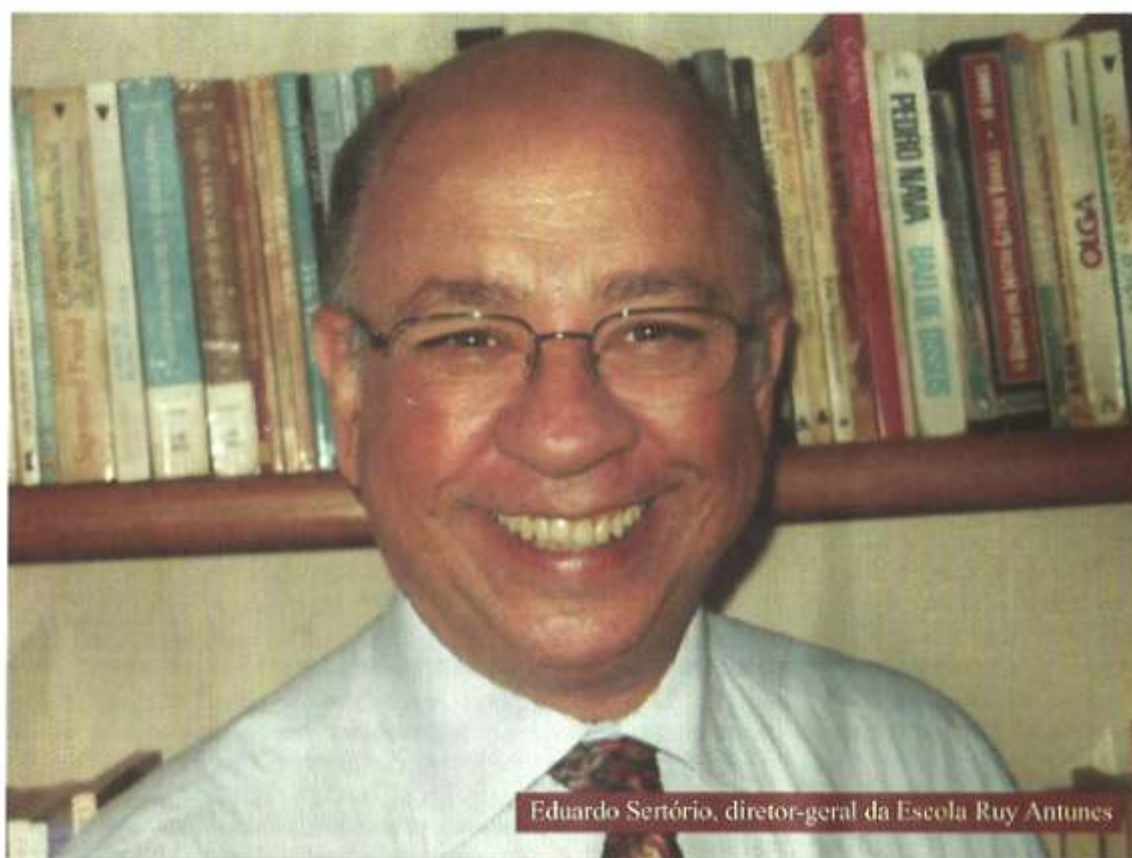
(Risos...). Os 'santos' desafios motivam e subsidiam novas conquistas. A criação de núcleos de estudos em Direito Civil e Processo Civil; Direito Penal e Processo Penal; Direito do Trabalho e Processo Trabalhista; Direito Tributário; Direito Administrativo; Direito Urbanístico; Direitos Humanos; Direito Empresarial; Direito Ambiental; Mediação e Arbitragem e Filosofia do Direito, com suas subdivisões, constitui o grande desafio à Escola Ruy Antunes. Nosso objetivo é oferecer cursos que aprofundem os conhecimentos e atendam às necessidades dos interessados. Para tanto, é preciso contar com coordenadores dispostos a prestar seus serviços voluntários.

## A semente da formação continuada

Nada existe que, antes, não tenha sido um sonho. Não estamos inventando a roda, estamos, simplesmente, adaptando-a a nossos dias. Sempre existiu a preocupação da OAB com o aprimoramento de seus membros. Foi com o ex-presidente Aluísio Xavier que a Escola de Advocacia, batizada com o nome do grande advogado Ruy Antunes, passou a oferecer aos lidadores do Direito a possibilidade de se manterem permanentemente atualizados. Hoje, o diploma de bacharel não significa mais o fim dos estudos.

## Cursos de especialização

Trabalhamos para que o oferecimento de cursos de especialização pela Ruy Antunes possa, efetivamente, ocorrer em futuro breve. No entanto, que não sejam oferecidos cursos para concorrer com os da Universidade Federal, da Unicap ou com outros de bom nível. Sugiro curso de Direito voltado para o Meio Ambiente, Família, com destaque para a parte de mediação, Urbanismo ou, quem sabe, outro voltado para questões de Saúde. Todos, porém, de caráter multidisciplinar.



Eduardo Sertório, diretor-geral da Escola Ruy Antunes

## Interiorização do ensino

A interiorização da Escola é outro grande desafio. Parece-me absolutamente adequado agrupar as Subseccionais em seis regiões: Arcoverde, Caruaru, Garanhuns, Palmares, Petrolina e Serra Talhada, promovendo, anualmente, no mínimo três debates por região, com os membros das comissões da OAB, coordenadores dos núcleos de estudo e dos cursos de atualização.

## Ensino Profissionalizante

O Jornal Universitário da UFPE, de 11 de agosto de 1977 trata com destaque, em sua última página, a questão do ensino profissionalizante, tendo com subtítulo "a indústria do rábula titulado". O artigo é o resumo da palestra que o advogado Berguedof Elliot, convidado pelo então presidente da Academia Pernambucana de Letras, Mauro Mota, iria proferir. Transcorridos 26 anos daquela data, registro a preocupação do palestrante com o lamentável desprezo das disciplinas de conteúdo filosófico. Assim se manifestou ele: "Confere-se, por essa forma, absoluta ênfase ao ensinamento prático que faz do bacharel, quase sempre, um simples rábula titulado, apto a conduzir os processos em cartório, a utilizar os artifícios do sofisma e da chicana, a versar um praxismo vazio nas lides forenses. Quanto ao trecho da entrevista publicada, repito, há 26 anos, lendo-o com os olhos desta fase da humanidade em que vivemos, parece-me, por um lado, oportuna a preocupação com a formação que nós, lidadores do Direito, devemos ter. Ressalto, porém, que acredito na possibilidade de cursos de caráter profissionalizante, sem nos esquecermos das questões éticas, da reflexão crítica e do rigor científico, indispensáveis aos intérpretes do Direito.



# Conheça os novos advogados

21535 D ABRAÃO JOAQUIM DOS SANTOS  
21287 D ADAUTO MOREIRA BUARQUE JUNIOR  
21322 D ADELAIDE COSTA DE VASCONCELOS MAIA  
21536 D ADLA ACIOLI LINS DE ARRUDA  
21302 D ADRIANA ALBUQUERQUE DE VASCONCELOS  
21509 D ADRIANA CLÁUDIA ARAÚJO PEREIRA  
21323 D ADRIANO CHIARI DA SILVA  
21303 D ADRIANO JOSÉ LOPES DA SILVA  
21324 D ADRIANO LEONARDO DE OLIVEIRA F. GALVÃO  
21506 D ADRIENNE COSTA PINTO  
21407 D AGNUS TAVARES DE MELO  
21510 D ÁGUEDA FÁBIA DE ALMEIDA VALENÇA  
21537 D ALBERTO LUIZ DE FRANÇA SOUZA  
21325 D ALBINO LUCIANO GOGGIN ZARZAR  
21511 D ALEX QUINTAS DE SOUZA  
21326 D ALEXANDRE CABRAL DA SILVA  
21538 D ALEXANDRE GUERRA COUTINHO JUNIOR  
21208 D ALEXANDRE JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA  
21539 D ALFREDO EUGÊNIO MARTINS DE ALMEIDA NETO  
21327 D ALYNE ANDRADE LIMA  
21270 D ALYSSON CAMILO FLORIANO DA SILVA  
21328 D AMANDA GUIMARÃES BRAGA  
21540 D ANA BEATRIZ SANTA CRUZ VIEIRA  
21329 D ANA CAROLINA BARKOKEBAS SANTIAGO  
21330 D ANA CATARINA BARBOSA DE ANDRADA MELO  
21541 D ANA CECILIA BRITTO VASAL DE MELO  
21288 D ANA CLÁUDIA DA SILVA BEZERRA  
21331 D ANA DE ANDRADE VASCONCELOS PILAR  
21542 D ANA ELMODAD LINAES AZEVEDO  
21512 D ANA JÚLIA MIRANDA DE TORRES  
21608 D ANA LETÍCIA DE LIRA TENÓRIO  
21209 D ANA MARIA ROCHA MELO  
21332 D ANA PAULA REIS DE OLIVEIRA  
21333 D ANA REGINA DE ANDRADE VASQUES  
21334 D ANA ROBERTA SANTOS DE OLIVEIRA  
21335 D ANDRÉ BERARDO CARNEIRO DA CUNHA  
21336 D ANDRÉ DA SILVA MOTA  
21337 D ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RANOS  
21338 D ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA  
21339 D ANDRÉ RICARDO FIGUEIREDO G. DE ALMEIDA  
21340 D ANDREA FARIA NEVES  
21543 D ANDREA GOUVEIA CAMPELLO  
21341 D ANDRÉA MARIA DE FARIAS E MELO  
21210 D ANDREA MARIA DOS SANTOS  
21609 D ANDREZA HARLY SILVA DE ARRUDA  
21342 D ANDREZA LORENA BERNARDO DE MEDEIROS  
21343 D ANDREZA ASSIS DE SOUZA JACOME  
21271 D ANGELA REIS MESQUITA  
21513 D ANNA PAULA DE FREITAS MACIEL  
21344 D ANNA PRISCILLA BARBOSA DA COSTA  
21206 D ANNE SORINE SALSA RICARDO  
21211 D ANTOGENES VIANA DE SENA JÚNIOR  
21212 D ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI  
21203 D ANTONIO FERREIRA DE SOUZA FILHO  
21345 D ANTONIO MENDONÇA DE SÁ JÚNIOR  
21507 D ANTÔNIO VALCI CHAVES DE LIMA  
21213 D ANUSKA DANIELLE FERREIRA DE A. CAVALCANTI  
21346 D AUGUSTO CARLOS SOUZA LOZ  
21214 D AURINEIDE SILVA DO NASCIMENTO  
21347 D BÁRBARA CRISTINA MALANQUINI DE ALMEIDA  
21544 D BIANCA MENDES DE FARIA  
21545 D BRUNO BATISTA BEZERRA DE MENEZES  
21348 D BRUNO LEMOS RODRIGUES  
21349 D CAMILA DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA  
21215 D CARLOS ALBERTO MENDES DA SILVA  
21514 D CARLOS CÁSSIO CARMELO MERGULHÃO  
21350 D CARLOS EDUARDO DE LIRA MARTINS  
21216 D CARLOS FERNANDO CARNEIRO VALENÇA  
21351 D CARLOS GERMANO DA SILVA FERREIRA JUNIOR  
21304 D CARLOS JOSÉ BARBOSA DE LIMA  
21352 D CARLOS JOSÉ DE SÁ PEREIRA FILHO  
21635 D CARLOS JOSÉ WANDERLEY DE MESQUITA  
21610 D CARLOS RENATO DE CARVALHO  
21353 D CAROLINA DE ARRUDA TASSELL  
21354 D CAROLINA RABELO VIEGAS

21355 D CAROLINA SOUZA ALMEIDA  
21356 D CAROLINE RIBEIRO SOUTO BESSA  
21531 D CASSIA BARATA DE MORAES SANTOS  
21217 D CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO  
21357 D CECILIA TORRES GONÇALVES LOPES  
21358 D CHRISTIANA CAVALCANTI TOSCANO  
21359 D CHRISTOPHE GASPAR GLASNER  
21360 D CLARISSA DE SOUSA MORAIS  
21361 D CLÁUDIA COIMBRA ESTEVES DE OLIVEIRA  
21362 D CLÁUDIA DUARTE DE SOUZA AROUCHA  
21289 D CLAUDIA MARIA BANDEIRA DE MELO LISBOA  
21363 D CLÁUDIO DE GOUVEIA VIEIRA FILHO  
21305 D CLÁUDIO SILVEIRA DE ARAÚJO  
21546 D CLEIDSON DE CARVALHO NUNES  
21364 D CLISTENES LEITE PATRIOTA  
21547 D CRISTIANE SALETTE XAVIER DE LIMA  
21365 D CRISTIANE VITORIO DE MORAIS SILVA  
21218 D DALLAS PIRES FERNANDES  
21219 D DANIEL FEITOSA DE AGUIAR  
21272 D DANIELA EUNICE FERREIRA DE MELO  
21273 D DANIELA PINTO LUBAMBO DE OLIVEIRA  
21290 D DANIELA SIQUEIRA VALADARES  
21599 D DANIELLA CORINA ROSENDO DE LIMA  
21548 D DANIELLA CORRÊA MARQUES LESSA VIDAL  
21549 D DANIELLA RIBEIRO DE SOUZA  
21366 D DANIELLE DE MEDEIROS NUNES  
21611 D DANIELLE GUIMARÃES FORTUNA  
21367 D DANIELLE VIEIRA DE LIMA FRANÇA  
21320 D DANIELLE VILA BELA DE MELO  
21532 D DANILO AUGUSTO BARROSA DE AGUIAR  
21286 D DJALMA FARIAS CINTRA  
21316 D EDENICE PATRIOTA CORREIA  
21612 D EDILSON MAGALHÃES PIRES DE ESPÍNDOLA  
21368 D EDINEIDE SILVA DE OLIVEIRA  
21299 D EDMILSON LEITE DE MACEDO  
21220 D EDUARDO AUGUSTO FAURÁ PERES FILHO  
21369 D EDUARDO BITTENCOURT DE BARROS  
21370 D EDUARDO JOSÉ CABRAL DE MELO FILHO  
21371 D EDUARDO LINS BISPO DE MELO  
21372 D EDUARDO PINHEIRO DE FARIAS  
21202 D EDVALDO PEREIRA DA SILVA  
21306 D ELIZABETH DOS SANTOS TORRES  
21550 D ELIZIA MARIA ROMÃO DIAS  
21551 D EMÍLIA OLIVEIRA MELLO  
21373 D ENIO RICARDO CORDEIRO LACERDA  
21221 D ERALDO GOMES NUNES  
21200 D ERALDO PRADO PEDROSA FILHO  
21613 D ÉRICA GONÇALVES NUNES  
21534 D ERICK EDUARDO ALMEIDA REGIS DE MOURA  
21614 D ÉRIKA EMERY CARDOSO COSTA  
21374 D EROMIR MOURA BORRA JUNIOR  
21375 D ESTEFFERSON DARLEY FERNANDES NOGUEIRA  
21376 D ESTEVÃO SANTOS CAVALCANTE  
21222 D EUDES ALVES BEZERRA JUNIOR  
21606 D EUNICE CABRAL BARROS E SILVA DE ARAÚJO  
21615 D EVELINE GUEDES FERREIRA LIMA  
21515 D EWERTON BEZERRA ALMEIDA DA SILVA  
21377 D FÁBIA DE HOLANDA CARNEIRO LEÃO  
21616 D FÁBIA GUALBERTO WATANABE  
21378 D FÁBIA GUERRA DA SILVA  
21379 D FÁBIO ALEXANDRE QUEIROZ TENÓRIO DA SILVA  
21196 D FÁBIO FRANÇA DA CUNHA ANDRADE  
21380 D FÁBIO FRANÇA DE BARROS E SILVA  
21282 D FABRÍCIO AMORIM DE MENEZES  
21381 D FELIPE LUNA CASTELLAR  
21382 D FELLIPE SÁVIO ARAÚJO DE MAGALHÃES  
21223 D FERNANDA CARDOSO DE OLIVEIRA  
21383 D FERNANDA DE CARVALHO FARIAS  
21224 D FERNANDA QUEIROZ CYBNEIROS  
21384 D FERNANDA VIEIRA DE CASTRO  
21627 D FERNANDO AUGUSTO PINTO RIBEIRO JÚNIOR  
21385 D FERNANDO FERREIRA DE SOUZA  
21386 D FERNANDO GUSTAVO VEIGA PEREIRA LEITE  
21552 D FERNANDO JOSÉ PINHEIRO  
21201 D FILIPE ANDRADE LIMA SÁ DE MELO

21387 D FLÁVIA CHRISTIANE VIEIRA DE MEDEIROS  
21265 D FLÁVIA PATRÍCIA SANTOS LUNA  
21388 D FLÁVIA RENATA COUTINHO MOURA DE MORAIS  
21389 D FLÁVIO AUGUSTO PRAZIN DE BARROS  
21266 D FLÁVIO HENRIQUES DE MELO  
21516 D FLÁVIO JOSÉ DE AMORIM  
21553 D FLÁVIO BARBOSA DE GOMES  
21390 D FRANCISCO ANDRÉ FERNANDES DUARTE  
21530 D FRANCISCO DE BARROS ALMEIROS FILHO  
21632 D FRANCISCO JONHSON PEREIRA SALLES  
21418 D FRANCISCO PINTO FILHO  
21391 D FREDERICO MARCELO CASTRO DO RÊGO BARROS  
21392 D FRIDA GANDELSMAN AZOUBEL  
21301 D GELVA LÚCIA BARBOSA DE ARAÚJO  
21518 D GENILDA SOARES SILVA  
21617 D GENIVAL ANTONIO DE MELO JÚNIOR  
21393 D GEORGE ALBERTO DE MELO AZEVEDO  
21554 D GEORGE ERIC GATIS JUNIOR  
21517 D GEORGIA KELLY FLORENCIO SILVA  
21307 D GEORGINA NEIVA COELHO  
21394 D GERALDO DE AZEVEDO GUSMÃO FILHO  
21395 D GERMANO LOMACHINSKY FILHO  
21396 D GESNER XAVIER CAPISTRANO LINS  
21397 D GILBERTO LOPES DE ALBUQUERQUE FILHO  
21630 D GIOCONDA PATRÍCIA NUNES DE ALENCAR  
21398 D GLACIDELSON ANTONIO DA SILVA  
21399 D GLEIDSON CASTRO BONIFÁCIO DA SILVA  
21400 D GRACA MARIA BRENNAND CAVALCANTI DE PETRIBO  
21401 D GUILHERME ARAÚJO DE OLIVEIRA  
21402 D GUILHERME HENRIQUE MARTINS MOREIRA  
21403 D GUILHERME VEIGA CHAVES  
21404 D GUSTAVO LUIS TEIXEIRA DAS CHAGAS  
21555 D HÁLYSSON MOJI GOMES FERREIRA PONTES  
21405 D HELEN SUSY QUEIROZ DE SOUSA  
21406 D HÉLIO MESSALA LIMA GOMES  
21407 D HELOISA THIÂNNA BALTAR DE M. CABRAL MORAES  
21408 D HELOÍZA COELHO BARROS  
21409 D HENRIQUE DE ANDRADE LEITE  
21225 D HERNARDO CLAYTON OLIVEIRA DA SILVA  
21416 D HIRAN DE CASTILHO CARLOS  
21556 D HUGO VICTOR DE OLIVEIRA LIMA DE MOURA  
21317 D IARLY JOSÉ HOLANDA DE SOUZA  
21557 D IGOR GARCEZ ALVES  
21318 D ISABELE BANDEIRA DE MORAES  
21226 D ISRAEL DE ALBUQUERQUE LOUREIRO  
21411 D IVANA MAFRA MARINHO  
21291 D IZABELLA CARDOSO ALENCAR  
21310 D JACKSON BORGES DE ARAÚJO  
21274 D JAILSON JOSÉ GALVÃO  
21227 D JANAINA PATRÍCIA SÁ BARRETO  
21308 D JANANAYNA PIRES VENÂNCIO  
21412 D JANE THEODORA DE ALMEIDA COSTA  
21600 D JANEIDE DA SILVA ARAÚJO MELO  
21285 D JEAN KARLO DE BARROS CORREIA  
21413 D JEFFERSON DOS SANTOS VIEIRA  
21414 D JOÃO ANDRÉ PEGADO FERREIRA  
21519 D JOÃO JOSÉ DA SILVA FILHO  
21415 D JOÃO LOYO DE MEIRA LINS  
21228 D JOÃO MARCELO CAVALCANTI CORIOLANO  
21416 D JOÃO PAULO CORDEIRO CAVALCANTI  
21417 D JOÃO PAULO GUEDES ACIOLY  
21558 D JOÃO TENÓRIO VAZ CAVALCANTI JÚNIOR  
21559 D JOELMA GONÇALVES CHAVES  
21292 D JOSÉ ADRICE PAZ DE AMORIM JÚNIOR  
21275 D JOSÉ ALBERTO DE SIQUEIRA BRANÇAO  
21633 D JOSÉ ALMEIDA RIBEIRO  
21419 D JOSÉ ALUIZIO LIRA CORDEIRO  
21560 D JOSÉ CARLOS DE SOUZA MELO  
21309 D JOSÉ EDSON BARBOSA  
21528 D JOSÉ ITAMAR DE LIMA CARVALHO  
21561 D JOSÉ MARIA DE CARVALHO  
21283 D JOSÉ RICARDO DE ALENCAR ALMEIDA  
21520 D JOSELITO HERCULINO RIBEIRO DE MACÊDO  
21420 D JOSEMBERGUES CLARISUAL DE SOUZA MELO  
21229 D JOSIEL LUCENA CAVALCANTE



**CHINATOWN**  
中國大飯店  
chinatown-rec.com.br

**Entrega em domicílio**

**Espinheiro 3426 8888    Boa Viagem 3465 1159    Piedade 3361 2222**





# Informe Publicitário Sindicato dos Advogados

## Cursos de pós-graduação universidades Mackenzie e Estácio de Sá

O SINDAPE celebrou contrato/convênio de prestação de serviços com a Universidade Mackenzie e a Universidade Estácio de Sá, concedendo benefícios especiais para os associados do SINDAPE e seus dependentes. Os contratos/convênios abrem real oportunidade, a custo médio, para que os colegas advogados promovam a ampliação dos conhecimentos jurídicos. As universidades ressaltam que seus cursos são dirigidos a profissionais que desejam ampliar sua formação, reciclar e aprofundar seus conhecimentos técnico-científicos nas áreas de atuação ou mesmo conhecer novas áreas, abrindo horizontes, sempre com vistas ao aprimoramento do seu desempenho.

## Notícias da semana

O contato jornalístico semanal do SINDAPE com a classe é feito aos sábados por meio do jornal Diário da Manhã, sendo este distribuído, gratuitamente, na sede do SINDAPE, na rua da Soledade, nº 463 Boa Vista Recife PE. Mais informações pelo fone 3423-0520. Nesta oportunidade convidamos os colegas para uma visita ao nosso site [www.sindape.org.br](http://www.sindape.org.br). Por sua vez, as reuniões são realizadas nas quintas-feiras às 19 horas. Convocamos-lhe e aos demais advogados para estarem presentes. Sua participação é importantíssima na luta constante pelo engrandecimento da categoria.

## Prestação de serviço do Sindicato aos advogados

O SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAPE, COMUNICA A TODOS OS ADVOGADOS ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS E AOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, diretamente através dos respectivos E-mail que: a partir de 1º de agosto de 2003, o Departamento de Cumprimento de Carta Precatória do SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAPE, firmou CONVÊNIO com o SINDICATO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO. Para maiores informações ligue para o fone 34230520, E-mail: [sindape@inter.net](mailto:sindape@inter.net), ou Rua da Soledade, nº 463 Boa Vista Recife PE, com os drs. Edwaldo e/ou Mesquita, E-mail: [edwaldgs@hotmail.com](mailto:edwaldgs@hotmail.com) \* E-mail: [mesquita@torricelli.com.br](mailto:mesquita@torricelli.com.br).

## Forum permanente de debates do Sindape

Dando prosseguimento ao ciclo de Palestras/Debates mensais, no segundo semestre deste ano já foram realizados os seguintes eventos na sede do SINDAPE:

-Em 4 de julho, **A Reforma da Previdência Social à Luz da Constituição Federal**. Como palestrante tivemos o dr. Ivo Dantas e atuando como debatedores os drs. Maurício Rands, deputado federal PT/PE, Alexandre Rands, economista e Morse Lira, procurador da PRT da 6ª Região;

-Em 8 de agosto foi a vez da **Reforma do Judiciário e seu Controle Externo**. Participou como palestrante o dr. Roberto Magalhães, deputado federal PTB/PE, sendo debatedores o dr. Ademar Rigueira, presidente da OAB-PE e o dr. Theodomiro Romeiro, presidente da AMATRA VI.

A **Reforma Trabalhista e Sindical** é o tema da próxima palestra/debate em 12 de setembro. Os temas dos debates são frutos das sugestões que recebemos da categoria, cujos colegas advogados têm coroado de êxito os eventos, face a intensa participação na discussão dos assuntos que representam as atividades do nosso dia-a-dia.

Você também está convidado a vir tornar mais forte e atuante o nosso sindicato.

## Aconteceu



Palestra/Debate sobre A Reforma do Judiciário e seu Controle Externo, realizada em 8 de agosto de 2003 na sede do SINDAPE.

Da esquerda para a direita: o dr. Roberto Magalhães deputado federal PTB/PE, dr. Ney Araújo presidente do SINDAPE, dr. Ademar Rigueira presidente da OAB-PE e o dr. Theodomiro Romeiro presidente da AMATRA VI.

## Contribuição Confederativa

Constituindo preceito constitucional (art. 8º, IV, da CF) a cobrança da **CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA** foi aprovada em Assembléia Geral do Sindicato dos Advogados do Estado de Pernambuco. Essa contribuição foi instituída para o custeio do sistema confederativo e é devida por todos os advogados associados ou não ao sindicato.

*Agradecendo o privilégio de tê-lo como nosso cliente, desejamos que você, profissional do Direito, obtenha sempre sucesso na sua carreira, sentindo-nos participantes do seu progresso, e na certeza de que continuaremos com o enorme desejo de fazer o melhor de nós no sentido de atendê-lo sempre com muito carinho. Você é muito importante para nós. Visite-nos e sinta-se em sua casa.*

Nossa Livraria

[www.nossalivraria.com.br](http://www.nossalivraria.com.br)

**Um novo conceito em Livraria.**

EDITORA  
**NOSSA LIVRARIA**  
RECIFE - MACEIO

Quatro lojas interligadas em Recife.  
Ligue para nós. Se o seu livro não tiver numa loja, transferimos sua ligação para outra.  
**O Maior acervo de Livros Jurídicos do Recife**

**Recife:**  
Rua do Riachuelo, 267 - Boa Vista Fone: 3302-6070  
Rua da Aurora, 325 - Loja 01 Fone: 3301-7868  
Av. Cais do Apolo, 739 - Térreo do TRT Fone: 3302-8201  
Av. Dantas Barreto, 191 - Lojas 22/23 Fone: 3302-8200

**Maceió:**  
Rua Moreira e Silva, 430 - Farol Fone: 336.1344  
Av. da Paz, 1994 - Térreo do TRT Fone: 328.3695

Entrega em Domicílio  
sem Taxas

ESTACIONAMENTO  
PRIVATIVO





**RELAÇÃO DO CONSELHO  
OAB/PE  
TRIÊNIO 2001/2003**

**DIRETORIA**

Presidente: Ademar Rigueira Neto  
Vice-Presidente: Rogério Neves Baptista  
Secretário-Geral: Ricardo do N. Correia de Carvalho  
Secretária-Geral Adjunta: Maria Inah Moury Fernandes  
Diretor-Tesoureiro: Taciano Domingues da Silva

**CONSELHO SECCIONAL**

Airton Simões de Araújo  
Albérico Gomes Guerra  
Anastácia de Alcântara Brito  
Antônio Henrique Cavalcanti Wanderley  
Carlos Antônio de Albuquerque Cardoso  
Cláudio Soares de Oliveira Ferreira  
Erik Limongi Sini  
Fernando Antônio dos Santos Matos  
Francisco José de Araújo Gonçalves  
Glória Maria Pontual de Moraes Oliveira  
Hélio Gurgel Cavalcanti  
Hélio Mariano da Silva Júnior  
Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias  
João Pinheiro Lins  
José Antônio Pajé  
José Duarte Aguiar  
Manuel Cavalcanti de Albuquerque Sá Neto  
Nadeje de Souza Domingues  
Nely Moraes Pinheiro  
Paulo César de Andrade Siqueira  
Raimundo Dias da Silva  
Roberto Antônio Furtado de Mendonça  
Roberto Ferreira Campos  
Roberto Ferreira Campos

**CONSELHO SECCIONAL SUPLENTE**

Aimira Nunes da Silva  
Clóvis da Silva Bastos  
Eliane Maranhão Barbosa  
Emerson Davis Leônidas Gomes  
João Antônio Pessoa Guerra de Holanda Filho  
Lúcia Helena Pinheiro Lins  
Marlene Vitorina Alves de Souza  
Marly Regalado da Silva  
Marcelo Augusto Rodrigues da Silva  
Mário Sérgio Torres de Barros da Silva  
Nair Leone  
Othoniel Furtado Gueiros Neto  
Pedro de Albuquerque Malheiros Neto  
Pedro Luiz Teixeira Filho  
Roberto Ferreira Campos

**MEMBROS HONORÁRIOS**

José Cavalcanti Neves  
Joaquim Correia de Carvalho Júnior  
Octávio de Oliveira Lobo  
Dorany de Sá Barreto Sampaio  
Fernando de Vasconcelos Coelho  
Paulo Marcelo Wanderley Raposo  
Jorge da Costa Pinto Neves  
Aluisio José de Vasconcelos Xavier

**CONSELHO FEDERAL**

Aluisio José de Vasconcelos Xavier  
Júlio Alcino de Oliveira Neto  
Célio Avelino de Andrade  
Maurício Randa Coelho Barros

**SUPLENTE DO CONSELHO FEDERAL**

Marcelo Antônio Brandão Lopes

**ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA RUY DA COSTA ANTUNES**

Diretor-Geral: Francisco Eduardo Sertório Canto  
Secretário-Geral: Everardo Gueiros Filho  
Diretor-Tesoureiro: Hermes Bezerra Brito  
Diretor de Comunicação: Marcos de Castro Meira  
Diretora-Cultural: Gilda Vasconcelos

**TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA**

Presidente: Marly Regalado da Silva  
Secretário: Hélio Mariano da Silva Júnior  
Componentes: Francisco José de Araújo Gonçalves  
Pedro Albuquerque Malheiros Neto  
Antônio Henrique Cavalcanti Wanderley

## Caruaru recebe presidentes durante Colégio

O Colégio de Presidentes de Caruaru, realizado de 11 a 13 de julho, conseguiu reunir 22 dos 23 presidentes das subseccionais no Estado. Com a presença da diretoria da seccional pernambucana, dos

conselheiros federais Júlio Oliveira e Célio Avelino, do ex-presidente da OAB/PE Jorge Neves, além de conselheiros da Ordem, o encontro registrou um nível de discussão de extrema importância para a articulação e disseminação dos projetos propostos e também para os já implantados pela Ordem.

Entre os temas, dois merecem destaque: o primeiro, *A morosidade do Poder*

Judiciário, reflete uma preocupação constante da OAB Pernambuco. Diante do caos da Justiça, a OAB implantou o movimento Judiciário Cidadão, que pretende, em conjunto com a sociedade civil e os poderes constituídos, encontrar uma saída eficaz para o pesadelo que hoje vive a Justiça brasileira. O segundo, o *Projeto Cidadania vai à Escola*, trata de temas que ressaltem e resgatem a cidadania,

trabalhando, sobretudo, direitos e deveres, assegurados no artigo 5º da Constituição brasileira.

Desde a abertura, a equipe da OAB Caruaru proporcionou, literalmente, um show. Após o cumprimento dos trâmites previstos pelo cerimonial, entrou em cena a cultura local e nordestina. O Coral Mansão da Vida emocionou a todos, numa lição de resgate da cidadania, com a apresentação do belo trabalho realizado com crianças. O artista popular

Rauldênio Lima encantou com a particularidade da sua poesia. Grupo de dança, banda de pifanos, quadrilha junina e comida típica deram o tom pitoresco ao encontro. Afinal, estávamos na capital do forró.

No último dia, a presidente da Subseção Caruaru, Margarida Cardoso, teve uma grande alegria com a concretização de um sonho construído pelo trabalho de uma equipe unida: o lançamento da pedra fundamental da sede da OAB em Caruaru.

O terreno, doado pelo empresário Ivan Nunes da Silva, tem uma área de 720m² e está localizado numa área destinada a todo o judiciário de Caruaru. Vai abrigar o Fórum da cidade, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e a Justiça Federal, formando assim, com a inclusão da Subseccional, o complexo jurídico local.

"A realidade nasce a partir do momento em que o sonho surge. E a possibilidade de realizá-lo é o que torna a vida interessante. O nosso sonho recebeu a contribuição da sociedade de Caruaru, que se engajou no nosso trabalho", comemora e agradece a presidente Margarida.



É a oportunidade de montar o seu escritório com rapidez, segurança e apoio profissional. Tenha direito a endereço comercial privilegiado, salas à disposição para ocupação imediata (temporária ou permanente), equipamentos de última geração e tecnologia de ponta, serviços de secretaria, copa e recepção, e tudo mais que um escritório necessita com custos abaixo da metade do preço de mercado e sem dispor de investimento inicial.

**Redução de até 80%  
no seu custo fixo.**

**Unidade Centro**  
**Rua da Aurora, 295 sl. 502 Boa Vista - Recife - PE**  
**Cep: 50050-901**  
**Fone: 81 3222.0131**  
**unidadecentro@virtuaservice.com.br**

**Unidade Boa Viagem**  
**Rua Irene Gomes de Matos - 97 - Recife - PE**  
**Cep: 51011-530**  
**Fone/Fax: 81 3467.9357**  
**unidadebv@virtuaservice.com.br**

**www.virtuaservice.com.br**